

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAYANE THAYS ELIAS
ELISANGELA GOMES DE SOUZA DE PAULA

ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICO-SOCIAIS ADOTADOS PELA REDE DE
PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL EM ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO ESCOLAR:
DIÁLOGOS COM A REDE DA REGIONAL CAJURU DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

CURITIBA

2019

DAYANE THAYS ELIAS
ELISANGELA GOMES DE SOUZA DE PAULA

ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICO-SOCIAIS ADOTADOS PELA REDE DE
PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL EM ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO ESCOLAR:
DIÁLOGOS COM A REDE DA REGIONAL CAJURU DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título em Pedagogia.

Orientadora: Professora. Dr^a Eliane Cleonice Alves Precoma

CURITIBA
2019

TERMO DE APROVAÇÃO

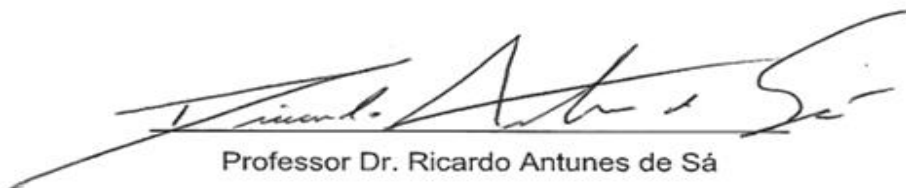
DAYANE THAYS ELIAS
ELISANGELA GOMES DE SOUZA DE PAULA

ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICO-SOCIAIS ADOTADOS PELA REDE DE
PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL EM ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO ESCOLAR:
DIÁLOGOS COM A REDE DA REGIONAL CAJURU DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Pedagogia.



Professora Dr.^a Eliane Cleonice Alves Precoma
Orientadora – Departamento de Teoria e Prática do Ensino
Setor de Educação - UFPR.



Professor Dr. Ricardo Antunes de Sá
Departamento de Planejamento e Administração Escolar
Setor de Educação - UFPR.

Curitiba, 12 de dezembro de 2019.

Dedicamos este trabalho a todos e todas
que acreditam no ser humano.
Dedicamos àqueles que celebram
a existência do outro.
Dedicamos aos que sonham,
aos que amam e resistem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por nos permitir chegar até aqui e por sua graça e bondade infinitas em nossas vidas!

Agradecemos aos nossos familiares pelo apoio e compreensão durante toda nossa trajetória na Universidade Federal do Paraná.

Agradecemos a nossa Professora Dr.^a Eliane Cleonice Alves Precoma que nos orientou na construção e tessitura deste lindo trabalho. Somos gratas por nos acolher de forma tão amorosa e, principalmente, por acreditar em nosso potencial.

Agradecemos ao Professor Dr.^o Ricardo Antunes de Sá por compartilhar seus conhecimentos a respeito de Edgar Morin. Sentimo-nos privilegiadas com sua presença num de nossos encontros na Universidade.

Agradecemos aos nossos colegas da turma E. Em especial, nossa gratidão a Valeria, Débora, Jessica, Ana, Letícia, Ingrid e Loriani, pelos momentos de convivência que tivemos ao longo desses 05 anos. Que possamos nos reencontrar em breve, bem lindas e formadas!

Agradecemos aos nossos colegas do grupo de pesquisa, Rodrigo, Chris e Camila pela acolhida, escuta e partilha durante algumas tardes na Universidade.

Agradecemos ao nosso companheirinho de estudos, João Pedro Elias Kamienski, que durante o seu primeiro ano de vida, ocupou a Universidade de forma singular e significativa. Esperamos que um dia possa ler esse trabalho e saber que você também fez parte desta história.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que contribuíram com esta pesquisa.

A todos, muitíssimo obrigada!

*Sintam-se abraçados,
Dayane e Elisangela.*

“É necessário reduzir a distância entre o que se diz e o que se faz de forma que a tua fala seja o reflexo da tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados por pedagogos e demais profissionais atuantes na Rede de Proteção Governamental da Rede Municipal de Ensino de Curitiba para o enfrentamento do abandono escolar. A metodologia de investigação fundamenta-se nos procedimentos de pesquisas exploratórias no banco de dados na página do curso de Pedagogia da UFPR e no Banco de Dados SCIELO, para tanto foram utilizados os descritores “rede”, “proteção” e “pedagogos”, num recorte temporal entre o período compreendido entre os anos 2013 e 2018, tais referenciais trouxeram uma compreensão inicial dos conceitos de rede de proteção e da atuação do pedagogo. A fundamentação teórica e a construção metodológica embasaram-se nos autores (LUNA, 1997), (MORAES, LA TORRE, 2006) e (MORIN, 2015); e o estudo de GONÇALVES e GUARÁ (2010) referenda a conceitualização de redes. Para a construção dos instrumentos de pesquisa, as autoras basearam-se em (MARCONI E LAKATOS, 1999) e (SZYMANSKI, 2018). Na compreensão e tratamento dos dados utilizou-se dos princípios da pesquisa qualitativa (LUDKE E ANDRÉ, 1986). Partindo do objeto de estudo, foi construído três protocolos de pesquisa, sendo duas entrevistas reflexivas desenvolvidas com pedagogas e um questionário respondido por profissionais que atuam na assistência social, na saúde e no conselho tutelar. A partir das respostas dos profissionais, da escuta ativa e qualificada, realizou-se a análise dos resultados obtidos e a partir deles foram identificados alguns encaminhamentos pedagógico-sociais, já adotados pelos profissionais, que compõem a Rede de Proteção Governamental, tais como: 1) a importância da atuação da família na vida escolar da criança e do adolescente, 2) a atuação da escola, e também 3) a relevância do trabalho articulado na Rede de Proteção. Dos resultados obtidos chegou-se a conclusão de que o abandono escolar está relacionado às condições de vulnerabilidade pessoal e social nas quais as crianças e suas famílias estão submetidas e à complexidade dos papéis da família e do Estado na proteção e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, e ainda, que faltam ações de caráter preventivo para combatê-lo. De acordo também com os pilares da Universidade Federal do Paraná, relacionados à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é apresentado o Projeto-piloto, intitulado: “Projeto Eu Pertença!”, que vislumbra a proposta de estabelecer o diálogo permanente entre as diferentes Redes, dentre elas, as governamentais, espontâneas e organizações da sociedade civil, no intuito de mobilizar profissionais, famílias e comunidades para a identificação e o mapeamento de crianças e adolescentes e suas famílias, que sinalizam vulnerabilidades e também as que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. O projeto-piloto visa desenvolver ações preventivas e propulsoras de fatores de proteção relacionados à permanência e ao desempenho escolar, assim como à garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Rede de Proteção Governamental; Encaminhamentos pedagógico-sociais; Pedagogos; Abandono Escolar.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify and analyze the pedagogical-social referrals adopted by educators and other professionals working in the Governmental Protection Network of the Curitiba Municipal Education Network to cope with school dropout. The research methodology is based on the exploratory research procedures in the database on the page of the UFPR Pedagogy course and in the SCIELO Database. In a temporal cut-off between the years 2013 and 2018, these references brought an initial understanding of the concepts of safety net and the pedagogic performance. The theoretical foundation and methodological construction were based on the authors (LUNA, 1997), (MORAES, LA TORRE, 2006) and (MORIN, 2015); and the study by GONÇALVES and GUARÁ (2010) confirms the conceptualization of networks. For the construction of research instruments, the authors were based on (MARCONI AND LAKATOS, 1999) and (SZYMANSKI, 2018). In understanding and processing the data, the principles of qualitative research were used (LUDKE AND ANDRÉ, 1986). Based on the object of study, three research protocols were constructed, two reflective interviews developed with pedagogues and a questionnaire answered by professionals working in social assistance, health and the tutelary council. From the answers of the professionals, the active and qualified listening, we performed the analysis of the results obtained and from them were identified some pedagogical-social referrals, already adopted by the professionals, who make up the Government Protection Network, such as: 1) the importance of family performance in the school life of children and adolescents, 2) the school performance, and also 3) the relevance of the articulated work in the Protection Network. From the results obtained it was concluded that school dropout is related to the conditions of personal and social vulnerability in which children and their families are subjected and the complexity of the roles of family and state in the protection and guarantee of the fundamental rights of children and adolescents, and yet, that preventive actions are lacking to combat it. Also according to the pillars of the Federal University of Paraná, related to the inseparability between teaching, research and extension, the Pilot Project is presented, entitled: "I Belong Project!", Which envisions the proposal to establish a permanent dialogue between the different Networks, including governmental, spontaneous and civil society organizations, in order to mobilize professionals, families and communities to identify and map children and adolescents and their families, which signal vulnerabilities and also those who are out of school or at risk of dropping out. The pilot project aims to develop preventive and propelling actions for protective factors related to school permanence and performance, as well as guaranteeing the fundamental rights of children and adolescents.

Keywords: Pedagogical-social referrals. Pedagogues. School Dropout. Keywords: Government Protection Network. Pedagogical-social referrals. Pedagogues. School Dropout.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Caminho Metodológico.....	10
FIGURA 02: Mapa do município de Curitiba com as divisões das regionais.....	11
FIGURA 03: Dados sobre a estimativa da população por regional (habitantes) – 2016.....	12

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Pesquisa Exploratória.....	18
QUADRO 02: Temáticas identificadas nas respostas da entrevistada pedagoga Aline.....	32
QUADRO 03: Temáticas identificadas nas respostas da entrevistada pedagoga Beatriz.....	35
QUADRO 04: Temáticas identificadas nas respostas da entrevistada pedagoga Clara e Dalva.....	38

LISTA DE SIGLAS

PSS – Processo Seletivo Simplificado

CEEBJA – Centro Educacional de Educação Básica de Jovens e Adultos

UFPR – Universidade Federal do Paraná

FAS – Fundação de Ação Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FICA – Ficha de Comunicação de Aluno Ausente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. JUSTIFICATIVA.....	4
2.1 CONCEPÇÃO DAS EXPRESSÕES CONTIDAS NO PROBLEMA.....	6
2.2 OBJETIVOS	7
2.2.1 Objetivo geral	7
2.2.2 Objetivos específicos.....	7
3. METODOLOGIA.....	8
3.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: PERCURSO METODOLÓGICO .	11
3.2 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS	12
3.3 DELINEAMENTO DOS PARTICIPANTES	14
3.4 PROCESSO DE ANÁLISE	15
3.4.1 Identificação das Temáticas	15
4. REDE DE PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL: UMA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA.....	17
4.1 PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO E O PEDAGOGO NA REDE DE PROTEÇÃO	20
4.2 ATUANDO EM REDE: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	23
4.3 ALGUNS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ABANDONO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO	26
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
5.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	30
5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REFLEXIVAS.....	32
5.2.1 “A criança não tem apoio” (Pedagoga Aline).....	33
5.2.2 “A escola se perceber enquanto componente da rede.” (Pedagoga Beatriz) ...	36
5.2.3 “Foco e premissa de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos” (Pedagoga Dalva)	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	48
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	52
APÊNDICES	53

1. INTRODUÇÃO

As inquietações a respeito das Redes de Proteção Integral em atenção às Crianças e Adolescentes em idade escolar partem das nossas vivências em diferentes espaços da assistência social e educação. Temos ciência das reuniões intersetoriais que ocorrem a fim de que se discutam casos de negligência, violência, vulnerabilidade de crianças e adolescentes, muitos deles, em idade escolar que por vezes culminam em abandono dos estudos.

Para que o nosso diálogo seja de aproximação com o leitor pretendemos falar um pouco sobre nossas trajetórias de vida que nos levaram ao interesse pelo tema apresentado.

Sou Elisangela Gomes de Souza de Paula, aluna do 5º ano de Pedagogia, matriculada nas matérias de Estágio e Organização do Trabalho Pedagógico e Mídias. Fiz todo o percurso no curso de Pedagogia no período noturno, por que sempre trabalhei durante o dia em escolas da Rede Estadual no regime Processo Seletivo Simplificado - PSS tenho a primeira formação em Letras e leciono Língua Inglesa.

Desde o ano passado trabalho no Centro Educacional de Educação Básica de Jovens e Adultos - CEEBJA - de São José dos Pinhais e convivendo com a realidade dos alunos me motivei a pesquisar sobre Redes de Proteção. Este tema tem me levado a questionar alguns pontos, como por exemplo, o fato da escola não dar conta de formar estes jovens que são vítimas da violência, do tráfico e abandonam os estudos, são jovens de baixa renda, com vínculos familiares fragilizados, devido especialmente às vulnerabilidades que as famílias enfrentam, tais como acesso aos direitos fundamentais como alimentação, moradia, educação e trabalho. Neste contexto, procuram o CEEBJA pela necessidade de terminar pelo menos o Ensino Fundamental para conseguir um emprego.

Resolvi cursar a segunda graduação em Pedagogia por que senti necessidade de complementar minha formação, não sentia preparada para encarar a sala de aula só com a formação em Letras, faltava conhecimento teórico, conhecimento de leis e preparo pedagógico, procurei isso no referido curso, e durante esses últimos quatro anos pude vivenciar essa formação mais completa, onde compreendi algumas indagações relativas à Psicologia com Vygotsky, na disciplina de Organização e Gestão da Educação Básica pude compreender o

funcionamento do sistema de ensino, nas disciplinas Metodologias específicas, consegui pensar em estratégias de ensino que me ajudarão dentro de sala e também no planejamento do plano de ensino.

Sou Dayane Thays Elias, aluna do 5º ano noturno. Tenho formação em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná – UFPR – em 2010. Ingressei no curso de Pedagogia pelo Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes – PROVAR – com intuito de migrar para a Educação e otimizar minha primeira graduação também.

Trabalho na Fundação de Ação Social – FAS – como educadora social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – fazendo um trabalho de acompanhamento e monitoramento a indivíduos e famílias em situação de risco, violência e vulnerabilidade social, no entanto, até setembro deste ano fiquei em Licença Maternidade.

Durante o trajeto na Universidade senti falta de mais práticas, além dos estágios, associados ao cotidiano de um pedagogo em suas diversas funções, principalmente nas disciplinas de Metodologias. Nesse viés, surgiu um dos meus principais questionamentos, sobre como se dá a relação do pedagogo que teoricamente é formado para “todas as matérias” com o professor que é formado numa determinada disciplina específica. A mediação entre pedagogo (a) e professor (a), o processo de construção dos planejamentos de aula, a organização do trabalho pedagógico foram (e ainda são) inquietações que permearam a busca pela construção da minha identidade profissional, aqui entendida como um processo de constante dedicação e inacabamento que é o ato de educar, ao longo da minha trajetória no curso de Pedagogia na UFPR.

Como já havia citado, me tornei mãe em 2018. Sou mãe-universitária. Há um ano, João Pedro chegou para alegrar a minha vida. Um menino amoroso, curioso e cheio de vida. Ele acompanhou parte do processo de elaboração deste trabalho, participando de alguns momentos de orientação na Universidade.

Como estudantes do curso de Pedagogia, acreditamos que o nosso trabalho de conclusão de curso possa contribuir significativamente na construção da identidade do pedagogo atuante na rede de proteção do ensino público de Curitiba, bem como uma reflexão a respeito dos encaminhamentos tomados por esta equipe pedagógica no atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes para que não abandonem seus estudos.

Nesse sentido, estruturamos nossa pesquisa com os seguintes capítulos. No segundo capítulo, Justificativa, delineamos nosso objeto de estudo e também os objetivos. No terceiro capítulo, intitulado: Metodologia, traçamos nosso percurso de investigação e os procedimentos desenvolvidos. No quarto capítulo, intitulado: “Rede de Proteção Governamental: uma responsabilidade compartilhada”, abordamos as temáticas: rede governamental; a pedagogia compreendida como ciência da educação e os papéis de pedagogos. No referido capítulo apresentamos ainda, algumas reflexões sobre o Sistema de Garantia de Direitos – SGD – e alguns fatores que contribuem para o abandono escolar de crianças e adolescentes.

No quinto capítulo, apresentamos a “Análise dos resultados”, considerando os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários e do desenvolvimento das entrevistas reflexivas, tais instrumentos respondidos por profissionais atuantes na Rede de Proteção Governamental.

Finalmente, concluímos o trabalho problematizando algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa, e elaboramos o Projeto-piloto, intitulado: “Projeto Eu Pertença!”, vislumbrando a proposta de estabelecer o diálogo permanente entre as diferentes Redes de Proteção, visando mobilizar profissionais, famílias e comunidades para a identificação e o mapeamento de crianças e adolescentes, que sinalizam vulnerabilidades e também as que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar.

2. JUSTIFICATIVA

A construção do nosso trabalho deu-se de uma forma tranquila, leve, confortável e criativa. Ao nos debruçarmos sobre nosso objeto de pesquisa tivemos a oportunidade de participar de vários momentos de estudo e enriquecimento pessoal e profissional.

Num desses encontros intitulado “Roda de Conversa: Sonhando em rede, mudando a realidade”¹ extraímos algumas reflexões a partir do relato de vida do filósofo, educador social e palestrante Fernando Francisco de Gois, que aconteceu no dia dezesseis de março do corrente, no Campus Rebouças da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Tais reflexões foram positivas na tessitura inicial do nosso trabalho, pois ainda estávamos decidindo qual o objeto de estudo escolheríamos dentro do tema Rede de Proteção.

O relato de Fernando a respeito da sua caminhada, empatia, posicionamento ético, senso de justiça e igualdade para com o próximo reforçaram a máxima de que é possível mudar destinos, quebrar paradigmas e superar preconceitos quando se está disposto a um diálogo com uma escuta qualificada a respeito das questões sociais e políticas postas em nossa sociedade.

Em sua exposição, o filósofo destacou a importância do ouvir como exercício de reflexão sobre o nosso papel na sociedade, e que desenvolver a Escuta Ativa e Amorosa (GOIS, 2012)² requer muito conhecimento, entendimento do outro, pois não se pode fazer julgamentos prévios, bem como pontuou a necessidade de entendermos como as políticas públicas ainda estão longe de contemplar uma parcela de pessoas, que em geral são mais pobres, e que conseqüentemente acabam precisando mais dos serviços públicos.

As questões que permearam nossas ideias acerca da Rede de Proteção foi saber qual a linha, ainda que tênue, nos permitiria dialogar com o outro a fim de conscientizá-lo de seus direitos adquiridos, valorizando-o como protagonista de sua história e trajetória.

¹ A referida Roda de Conversa ocorreu no dia dezesseis de março do corrente, na sala 112 do Edifício Teixeira Soares no Campus Rebouças da Universidade Federal do Paraná – UFPR, atividade coordenada pela Professora Dr.^a Eliane C. Alves Precoma.

² Palestra “As quatro ferramentas pedagógicas da pedagogia dos sonhos”. Link da palestra: <https://youtu.be/-vGtCUPMyOE>.

Relembramos que a partir de nossas experiências profissionais e de nossos estudos que os índices em relação ao abandono escolar refletem uma realidade que necessita ser desvelada a fim de que as discussões sejam revisadas e as políticas se tornem afirmativas.

Passamos por alguns momentos em nossa formação acadêmica no estágio em Organização do Trabalho Pedagógico, disciplina regular do Curso de Pedagogia, que nos fizeram repensar a função social do pedagogo em sua atuação no ambiente escolar ao nos depararmos com as seguintes situações: a primeira delas ocorreu em uma orientação pedagógica em que a adolescente (16 anos de idade), casada, procurou a pedagoga para explicar sua situação, relatando que por auxiliar seu esposo na construção civil precisaria ir até sua residência tomar um banho e que por esse motivo necessitaria entrar 20 minutos após o horário de início das aulas. Compartilhamos esse momento de escuta da adolescente com expectativa de uma devolutiva humanizada e acolhedora, no entanto, o posicionamento profissional da pedagoga em questão foi sugerir outra escola para a aluna. A segunda situação envolveu outra pedagoga da mesma equipe pedagógica, que após várias tentativas e argumentos desta profissional junto à família, sobre as faltas e o preenchimento da Ficha de Comunicação de Aluno Ausente – FICA – o adolescente (17 anos de idade) migrante do interior de Minas Gerais dizia não ter motivos para continuar seus estudos e que nem a escola e nem o Conselho Tutelar poderiam intervir nesta situação.

Tais episódios reforçaram a nossa escolha do tema relacionado aos encaminhamentos desenvolvidos pelas redes de proteção em relação ao enfrentamento do abandono escolar de crianças e adolescentes no município de Curitiba. Essa temática se mostra cada dia mais inquietante e atual. E aí, destaca-se mais uma vez a importância do trabalho realizado pela rede de proteção de forma articulada e mais humana, desenhando fluxos de trabalho pedagógico, desburocratizando processos e acolhendo o outro em sua singularidade.

As demandas diárias do trabalho pedagógico dos pedagogos somadas aquelas de registro das fichas FICA encaminhadas pelo Conselho Tutelar aos coordenadores e pedagogos(as), são vistas pela equipe pedagógica acima mencionada, como um trabalho que foge às suas competências e que muitas vezes não são efetivas. Em contrapartida, há uma demanda da Rede de Proteção Governamental, da qual a escola também faz parte, e que sinaliza a necessidade de

um olhar do profissional de educação, no diagnóstico das vulnerabilidades das crianças e adolescentes bem como o enfrentamento das fragilidades apresentadas.

Entendemos rede de proteção como uma estratégia democrática e coletiva adotada por pessoas, serviços e organizações para defesa e garantias de direitos. Sendo assim, é pertinente trazer alguns conceitos e compressões dos diferentes tipos de rede, sendo estas:

Sociais espontâneas, a exemplo dos grupos de vizinhança, clubes e igrejas. São marcadas pela reciprocidade, solidariedade, afetividade e interdependência; Serviços sociocomunitários, identificados por estabelecer relações solidárias de cidadania em prol de um bem comum; Sociais movimentalistas, que visam a defesa de direitos ou de vigilância e à luta por melhores condições de vida, a exemplo dos movimentos de luta por moradia e sem-terra; Privadas, caracterizadas pela rede privada de serviços mais especializados, acessíveis a determinadas pessoas da população; Setoriais públicas, aquelas que prestam serviços específicos e especializados, resultantes das obrigações e deveres do Estado com a população. (SEDS, 2018, p. 57).

A partir das definições apresentadas, cabe ressaltar que o nosso foco de pesquisa é voltado à Rede de Proteção Setorial Pública, também conhecida como Rede de Proteção Governamental porque além de trabalharmos no setor público, compreendemos a importância do Estado em cumprir seu dever junto à população.

Partindo das considerações acima investigamos: Quais seriam os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados por pedagogos e demais profissionais que atuam na rede de proteção governamental para o enfrentamento do abandono escolar?

2.1. CONCEPÇÃO DAS EXPRESSÕES CONTIDAS NO PROBLEMA

Considerando o ponto central da nossa temática, vimos a importância de trazer aos leitores desse trabalho, nossa compreensão a respeito dos seguintes termos abaixo:

- **Encaminhamentos pedagógico-sociais:** Ações e projetos realizados por pedagogos e demais profissionais, os quais compreendem que as crianças e os adolescentes fazem parte de um contexto social mais amplo e que ultrapassa os limites da escola.
- **Pedagogos:** Profissionais da educação que podem atuar dentro e fora da escola com o intuito de planejar, organizar, executar e avaliar o processo de ensino-

aprendizagem e aptidões de crianças e adolescentes, com vistas à emancipação dos indivíduos.

- **Rede de Proteção Governamental:** Entendemos como uma estratégia democrática e coletiva adotada pelo Estado para defesa e garantias de direitos através de ações, serviços e programas que estruturam, fortalecem e concretizam o trabalho integrado dos diversos setores/secretarias que a compõe.

- **Abandono Escolar:** Compreendemos como abandono escolar o período em que o aluno deixa de frequentar a escola, retomando os estudos em outro momento.

2.2. OBJETIVOS

2.2.1. Objetivo geral

Identificar e analisar os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados por pedagogos e demais profissionais que atuam na rede de proteção governamental para o enfrentamento do abandono escolar.

2.2.2. Objetivos específicos

2.2.2.1. Analisar os fatores que levam crianças e adolescentes ao abandono escolar;

2.2.2.2. Discutir os encaminhamentos adotados pela Rede de Proteção Governamental, no campo educacional, para o enfrentamento do abandono escolar;

2.2.2.3. Descrever a atuação do Pedagogo na Rede de Proteção.

3. METODOLOGIA

No presente projeto de conclusão de curso, tivemos o cuidado em apresentar uma abordagem de pesquisa coerente e ética, para tanto, dialogamos com as contribuições de pesquisadores que abordam questões relacionadas ao planejamento de pesquisa Luna (1997) e também aos paradigmas epistemológicos Moraes, La Torre (2006).

Nosso propósito foi pesquisar utilizando o conceito de pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa, estabelecendo um diálogo entre elas. Pensando sempre na integração de métodos com o cuidado para não justapor os métodos de maneira desordenada. Essa compreensão de como utilizar os procedimentos de pesquisa foi muito importante na Teoria da Complexidade, que de acordo com Morin (2015, p.13) “se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade da incerteza...”. Para que isso seja legítimo vamos adequando o diálogo entre os enfoques concorrentes, atuando sobre um mesmo problema e entendendo que a realidade não pode ser contida em uma única explicação.

A proposta para a escrita desse trabalho foi concebida não como um conjunto de regras certas e permanentes, mas como atividade pensante do sujeito pesquisador que é capaz de aprender, de inventar e criar durante o seu caminhar.

Os autores Moraes e La Torre (2006) nos propõem repensar o nosso “jeito” de pesquisar trazendo algumas reflexões para que torne mais razoável e compreensível o processo de pesquisa sobre o enfoque que parte do Pensamento Complexo, que suscita uma nova maneira de pensar nas questões que nos motiva a investigar a realidade, que implica em saber que o objeto estudado é uma pequena parte de um todo. Luna (1997), por sua vez enfatiza que a pesquisa deve produzir novos conhecimentos, que possuam relevância teórica e social. O autor também propõe que as informações geradas pelos procedimentos de pesquisa não devem se furtar à dívida de expor de maneira fidedigna os resultados encontrados, e que como pesquisadoras, devemos nos comprometer com a transformação da realidade pesquisada.

Neste contexto, compreendemos que essa concepção de pesquisa foi importante para iniciarmos nosso caminho como pesquisadoras, reafirmando que nos permitimos às construções e reconstruções, aproximações e afastamentos em

relação ao nosso objeto de estudo sem que percamos o enfoque da nossa pesquisa. Podemos então dizer que produzir conhecimento através da metodologia do desenvolvimento eco-sistêmico, partindo da complexidade, nos levou a elementos que possibilitaram a evolução e criatividade.

Para que pudéssemos enriquecer nossa proposta decidimos fazer leituras “dos mundos” que envolve os sujeitos da escola, compreendendo-os no contexto que estão inseridos, levando em consideração nos desdobramentos da nossa pesquisa como afirmaram Moraes e La Torre (2006),

A abertura, a dialogicidade dos processos, a recursividade, as emergências, a presença do incerto e do inesperado, as mudanças, as inter-relações e os processos auto-organizadores, tanto do sujeito observador/pesquisador como do objeto observado. (MORAES E LA TORRE, 2006, p. 172)

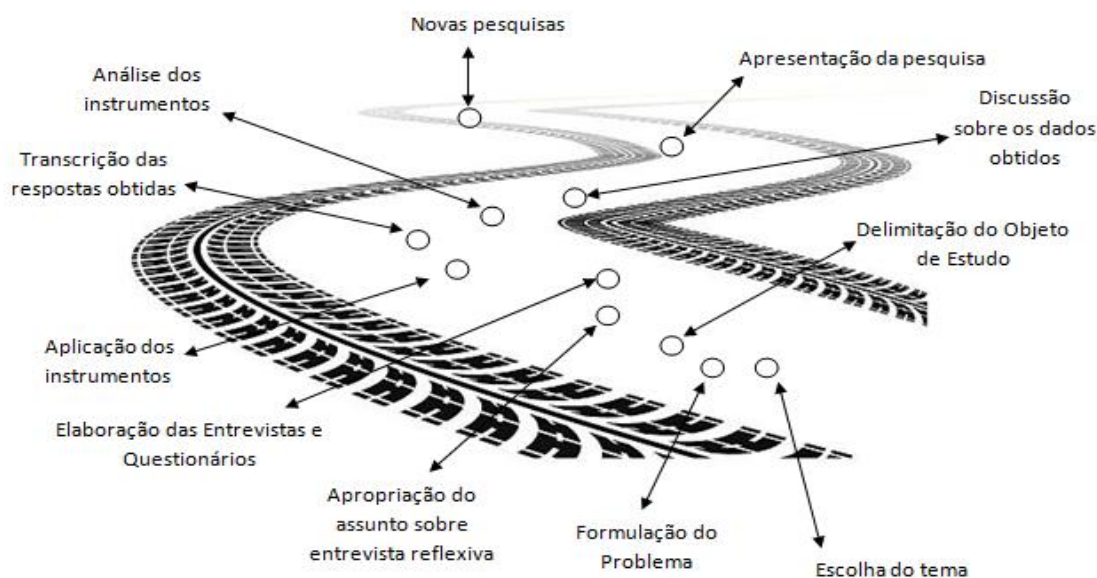
Nessa abordagem, analisamos os encaminhamentos desenvolvidos pela Rede de Proteção Governamental em relação ao enfrentamento do abandono escolar de crianças e adolescentes no município de Curitiba para além do que está na superfície, tivemos o cuidado em ver o objeto e o sujeito inserido no seu contexto histórico, afetivo e sociocultural, buscamos compreender a complexidade dos processos envolvidos. Sendo assim desenvolvemos os seguintes procedimentos de pesquisa, que são apresentados de forma inter-relacionada:

1. Revisão bibliográfica e discussão teórica;
2. Observação participante que, de acordo com Minayo (2001, p. 60) consiste num “contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Essa etapa foi fundamental na tessitura do nosso trabalho, visto que, assumimos uma postura totalmente ativa, pois nos envolvemos com o nosso objeto de estudo;
3. Elaboração dos protocolos de investigação: questionário e entrevistas;
4. Aplicação do questionário e o desenvolvimento de entrevistas com os profissionais que atuam no território do Cajuru, situado na Regional Cajuru da Rede de Proteção governamental no município de Curitiba;
5. Desenvolvimento da entrevista com a profissional que atua na Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção, da Rede de Proteção Governamental no município de Curitiba;
6. Escuta, transcrição, sistematização e análise dos dados;
7. Elaboração dos relatórios parciais;
8. Diálogo sobre os relatórios parciais;

9. Redação do trabalho de conclusão;
10. Entrega do referido trabalho para os professores da Banca Examinadora;
11. Apresentação e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

A seguir, apresentamos a Figura 01, no qual buscamos registrar os procedimentos que foram desenvolvidos nessa trajetória de pesquisa:

FIGURA 01 – Caminho Metodológico.



FONTE: ELIAS e PAULA, 2019.

Nosso percurso metodológico foi representado com o desenho de rodas em uma estrada. Nela conseguimos enxergar um começo, mas não o seu final, o que para nós significa a continuidade nas pesquisas a respeito do papel e da função que o pedagogo/pedagoga assume para si, no seu dia a dia e, na construção da sua identidade enquanto profissional atuando na rede de proteção governamental. Também é possível observar que nessa representação há marcas de rodas, que simboliza o veículo utilizado pelas autoras na busca e construção do presente trabalho, e também traz consigo a ideia de que pretendemos deixar marcas com essa pesquisa. Queremos que ela ajude novos autores e novas autoras que, como nós sentem-se desafiados a buscar novos olhares acerca da atuação de pedagogos

e pedagogas na Rede de Proteção e no enfrentamento do abandono escolar e outras vulnerabilidades, violências e fragilidades.

3.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: PERCURSO METODOLÓGICO

O município de Curitiba é composto por dez regiões: Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e Tatuquara, conforme Figura 02:

FIGURA 02 – Mapa do município de Curitiba com as divisões das regionais.



FONTE: IPPUC, 2017.

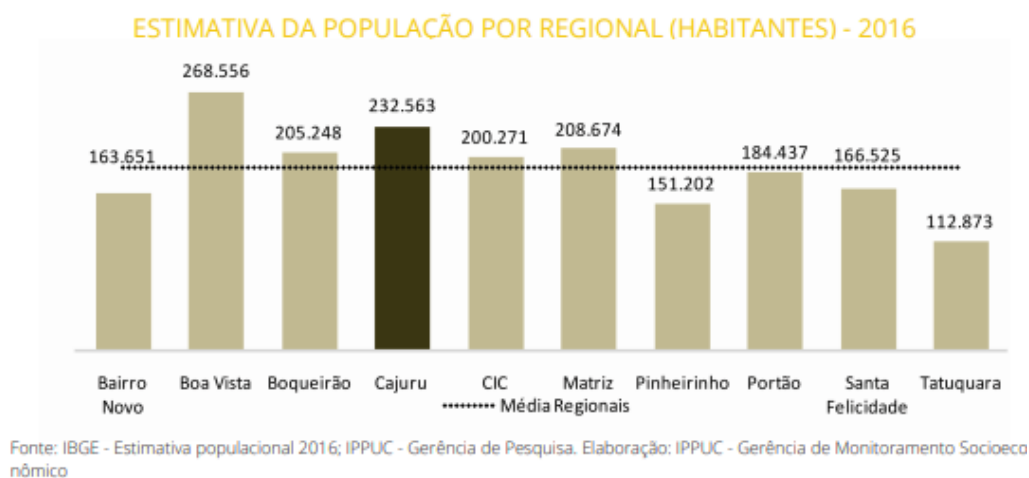
Delimitamos a discussão do nosso problema na Rede Local Cajuru, situada na região do Cajuru, que por sua vez abrange os bairros Cajuru, Capão da Imbuia, Jardim das Américas, Uberaba, Guabirota e parte do Tarumã.

A expressão *Rede Local* é a forma que se designa a equipe composta pelos profissionais que atuam na Rede de Proteção Governamental, em determinado território, tomando como referência as Unidades de Saúde, a fim de que os casos de

violência, negligência e vulnerabilidade, que atingem a população possam ser discutidos com vistas à superação de tais situações. Portanto, nossa pesquisa foi realizada na Rede Local localizada no bairro Cajuru.

A escolha desta rede local Cajuru, em específico, foi feita pela acessibilidade dos profissionais envolvidos na colaboração da escrita do nosso trabalho de conclusão de curso. Todavia a escolha da Regional Cajuru deu-se por dois motivos principais: proximidade das autoras com a região em razão da acessibilidade e moradia, fatores que também facilitaram o deslocamento para entrega e aplicação dos questionários e o desenvolvimento das entrevistas reflexivas; e dados estatísticos encontrados no site do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC – que mostram que a regional Cajuru é a segunda regional com mais habitantes da cidade, de acordo com a Figura 03:

FIGURA 03 - Dados sobre a estimativa da população por regional (habitantes) – 2016.



FONTE: IPPUC, 2016.

A figura 03 mostra conforme a estimativa de 2016 uma população de 232.563 habitantes. Tal dado contribuiu para a escolha dessa região que segundo o gráfico também, é a segunda maior em número de pessoas. Outro motivo, já comentado anteriormente, que nos fez escolher a região do Cajuru deu-se por que as autoras dessa investigação trabalham, moram e convivem nesta área.

3.2. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

A construção do nosso trabalho de conclusão de curso consistiu na aplicação de questionários e entrevistas com os profissionais que atuam na Rede de Proteção Governamental no município de Curitiba no intuito de nos aproximar do nosso foco de estudo. No entanto, para trabalharmos com essas ferramentas, fez-se necessário diferenciá-las para que tanto a aplicação quanto à análise desses instrumentos fossem satisfatórios na apresentação dos seus resultados.

Com o intuito de buscar referenciais teóricos que subsidiem nossa pesquisa fizemos uma aproximação com Marconi e Lakatos (1999) buscando algumas diferenças entre entrevista e questionário e encontramos que a primeira trata-se de um encontro entre duas pessoas com objetivo de se obter alguma informação e a segunda é um instrumento aplicado para que o mesmo objetivo seja alcançado.

Sobre as vantagens e desvantagens entre elas, os mesmos autores pontuam que a entrevista pode ser utilizada com todos os segmentos da população (alfabetizados ou não), com uma flexibilidade maior: o entrevistador pode repetir a pergunta; formular de maneira diferente; garantir que foi compreendido; permite obter dados que não se encontram nas fontes documentais bem como que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico. Sobre o questionário as conveniências convergem para a economia de tempo, obtendo grande número de dados e respostas mais rápidas e exatas. Já uma das desvantagens da entrevista é a dificuldade de expressão de ambas as partes o que pode reter alguns dados importantes, e na aplicação do questionário o ponto fraco está na percentagem pequena de questionários que voltam e na limitação em auxiliar o informante em questões mal compreendidas.

A fim de que possamos nos aproximar dos profissionais que atuam na Rede de Proteção utilizamos duas ferramentas de trabalho, o questionário e a entrevista, estes subsidiaram a construção do nosso trabalho e nos proporcionaram maior empatia, consciência da realidade estudada e autorreflexão dos sujeitos envolvidos neste percurso. Para a nossa pesquisa elaboramos três protocolos: o questionário e as entrevistas, que estão disponíveis no item apêndices.

A proposta das entrevistas reflexivas foi construída com o objetivo de horizontalizar as relações, considerando a participação dos atores envolvidos, bem como suas subjetividades. A pesquisadora Szymanski (2018) afirma que a proposta de entrevista reflexiva é desenvolvida atentando as etapas de: Contato inicial (aquecimento); Condução da entrevista, que é subdividida em: aquecimento; a

questão desencadeadora; a expressão da compreensão; produção de sínteses; elaboração de questões de esclarecimento, focalizadoras e de aprofundamento e devolução.

Entendemos que a pesquisa qualitativa tende a valorizar a compreensão dos processos e não apenas dos resultados, incluindo o que é singular num contexto histórico e social mais amplo, pois sabemos que esses sujeitos também precisam ser compreendidos em seu meio, em sua história e em suas circunstâncias.

Para isso tivemos alguns cuidados com no processo de elaboração desses instrumentos, tais como: pesquisa do assunto, cuidado na seleção das questões e boa apresentação estética.

3.3. DELINEAMENTO DOS PARTICIPANTES

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório e foi realizado com os profissionais que atuam na Rede de Proteção do bairro Cajuru e na Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção, em Curitiba/PR.

A princípio sinalizamos aplicar os questionários e entrevistas com a Rede de Proteção local Alvorada, no entanto, devido à falta de reuniões no período reservado para a coleta de dados, a aplicação ficou comprometida. A partir desse momento, por aproximação das pesquisadoras com alguns profissionais que compõem a Rede de Proteção Cajuru, no mesmo bairro, decidimos dialogar com alguns representantes que se mostraram mais abertos ao diálogo e interessados nos resultados e nas possíveis contribuições que essa pesquisa trará aos leitores.

Participaram do estudo, um candidato a vaga de conselheiro tutelar no bairro Cajuru, um representante da Assistência Social, um representante da saúde, duas pedagogas e duas profissionais que atuam na Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção em Curitiba/PR.

Para a aplicação dos instrumentos de pesquisa entregamos os questionários em mãos para os colaboradores, eles tiveram um prazo de uma semana para responder e após, passamos presencialmente nos locais de trabalho deles e recolhemos as vias.

Já com as entrevistas, pela disponibilidade de horário, cada uma de nós fez uma entrevista com uma profissional. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcrevemos na íntegra, posteriormente fizemos a análise dos

dados coletados. A terceira entrevista foi realizada com duas profissionais que atuam na Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção, na Secretaria Municipal de Ensino de Curitiba/PR.

3.4. PROCESSO DE ANÁLISE

Construímos nossa análise partindo de leituras detalhadas dos questionários e entrevistas reflexivas transcritas na íntegra, respeitando as marcas da oralidade de cada participante. A partir dessas leituras e releituras das respostas que as participantes revelaram nos instrumentos, relembramos que as pesquisadoras Ludke e André (1986, p.41) afirmam que:

[...] o tratamento dos dados pode se dar por contagem de palavras ou expressões, outros podem fazer análise de estrutura lógica de expressões e elocuições e outros ainda podem fazer análise temáticas.

Diante das possibilidades para trabalharmos com os documentos e devido aos diversos temas apresentados pelos participantes decidimos realizar a análise temática das entrevistas reflexivas. Já os questionários foram tratados, questão a questão, analisando a frequência das respostas obtidas e o impacto que foi gerado nas pesquisadoras diante das nossas experiências.

3.4.1. IDENTIFICAÇÃO DAS TEMÁTICAS

Em ambos os instrumentos, questionário e entrevistas reflexivas, tivemos o cuidado em não interferir na resposta dos nossos interlocutores a fim de que eles ficassem a vontade trazendo suas contribuições a respeito das suas vivências na atuação profissional junto a Rede de Proteção Governamental.

A análise do Protocolo nº 1 – Questionário (ver apêndice) foi feita a partir:

- 1) do grau de frequência das respostas assinaladas pelos participantes;
- 2) da aproximação das respostas relacionadas ao problema;
- 3) e do grau de significação atrelado ao objetivo geral da pesquisa.

Com relação aos Protocolos nº 2 e nº 3 – Entrevista Reflexiva (ver apêndices) tratamos as respostas, partindo:

- 1) das temáticas abordadas nos discursos em consonância com o nosso objeto de estudo;
- 2) e da aproximação e significação das respostas relacionadas ao problema.

Para o tratamento das respostas das entrevistas reflexivas e por firmarmos um acordo ético com os participantes envolvidos nesta pesquisa, os nomes dos mesmos serão preservados, para tanto utilizamos os nomes fictícios: Aline, Beatriz, Clara e Dalva.

As temáticas abordadas por estas quatro pedagogas, as quais atuam em diferentes espaços, são apresentadas em três quadros no Capítulo 5 - Análise dos Resultados.

4. REDE DE PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL: UMA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Desenvolvemos nossa pesquisa, por meio de um exercício exploratório desenvolvendo buscas a artigos e monografias nos bancos de dados dos sites da coordenação do curso de Pedagogia UFPR e SCIELO. Fizemos uma busca a respeito das pesquisas, cujo enfoque pudesse contribuir com a construção do nosso projeto e, durante nossa pesquisa com os descritores “rede”, “proteção” e “pedagogos” num recorte entre o período compreendido entre os anos de 2013 a 2018. Encontramos as seguintes pesquisas, conforme o Quadro nº 01 – Pesquisa exploratória – apresentado a seguir:

QUADRO 01: PESQUISA EXPLORATÓRIA

AUTORES	TEMA	FONTES DE PESQUISA
CORRÁ, Leila Moreira.	O pedagogo escolar: Uma revisão bibliográfica sobre o papel do pedagogo a partir das dissertações e teses produzidas na faculdade de educação da UNICAMP no período de 1993 a 2013.	Banco de TCC's UFPR
BRANDÃO, Márcia Ferreira Brandão; OLIVEIRA, Maria Patricia Celestino de.	Perfil socioeducacional dos privados de liberdade do sistema penal do estado do Paraná.	Banco de TCC's UFPR
MENDES, Aline Francielle Faria dos Santos; ROCHA, Fernanda Simões.	Bases formativas do pedagogo social: Relações entre os principais cursos de pedagogia de Curitiba e a política nacional de assistência social.	Banco de TCC's UFPR
CAMARGO, Lilian Robeiro de.	A educação para a paz nas escolas públicas municipais de ensino fundamental de Curitiba.	Banco de TCC's UFPR
ARGOLO, Paula Cristina Baptista de.	A influência do espaço na produção de desigualdades educacionais na cidade de Curitiba.	Banco de TCC's UFPR
FARIAS, Adaiane de; GLIR, Flavia Franco.	Ações atribuídas à família, à escola e às redes de proteção para garantir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente: Uma pesquisa bibliográfica.	Banco de TCC's UFPR
JANOSKI, Silvana Tosin; TANAKA, Thais Hiromi.	Profissão pedagogo - Conhecendo quem são, o que fazem e o que pensam sobre o seu trabalho.	Banco de TCC's UFPR
SOUZA, Gisele Ferreira de; CRUZ, Magna Mattos.	Redes de interdependências entre uma instituição pública escolar e a política local: As ações visíveis e invisíveis.	Banco de TCC's UFPR
AMPARO, Deise Matos Do ; GALVÃO, Afonso Celso Tanus ; ALVES, Paola Biasoli ; BRASIL, Katia Tarouquella ; KOLLER, Silvia Helena	Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores de proteção.	SCIELO
DELAZARI, Luciene Stamato ; BRANDALIZE, Maria Cecilia Bonato	Análise de redes sociais a partir do uso da informação espacial.	SCIELO
RIBEIRO, Vanda Mendes ; VÓVIO, Cláudia Lemos	Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território.	SCIELO
AYRES, Lygia Santa Maria ; CARDOSO, Ana Paula ; PEREIRA, Livia Cretton	O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude.	SCIELO
BORGES, Claudia Daiana ; OMORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo ; KRENKEL, Scheila ; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro	Família, redes sociais e o uso de drogas: tensionamento entre o risco e a proteção.	SCIELO
FARAJ, Suane Pastoriza ; SIQUEIRA, Aline Cardoso ; ARPINI, Dorian Mônica	Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos.	SCIELO
JULIANO, Maria Cristina Carvalho ; YUNES, Maria Angela Mattar	Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência.	SCIELO

FONTE: ELIAS e PAULA, 2019.

Essa investigação de trabalhos correlatos à temática escolhida subsidiou nossa escrita no intuito também de identificarmos quais teóricos embasaram tais pesquisas.

A fim de que o leitor compreenda nosso caminho metodológico que culminou com a abordagem e reflexão dos encaminhamentos pedagógico-sociais adotados pelo(a) pedagogo(a) da rede de proteção governamental para o enfrentamento do abandono escolar. É importante fazermos um recorte a respeito do panorama da Rede de ensino público no município de Curitiba. Esse possui um Plano Municipal de Educação que apresenta algumas estratégias de universalização do ensino fundamental, que visam à construção e melhoria nesta etapa da educação básica, das quais destacamos na Lei 14.681 de 24 de junho de 2015:

2.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos(das) beneficiários(as) de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) estudantes em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.11 Promover a busca imediata de crianças e adolescentes que estão fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.12 Realizar práticas de integração entre escola e família, garantir e ampliar o trabalho da Rede de Proteção, Conselho Tutelar (FICA), efetivando parcerias com demais órgãos responsáveis para atendimento dessas famílias.

Embora o Plano Municipal de Educação (CURITIBA, 2015) contemple a melhoria na Educação Básica e que preconize, com trabalhos que integram a família e comunidade escolar, a permanência de crianças e adolescentes nas escolas, o Instituto Unibanco (2016), aponta que os alunos não estão se adaptando aos padrões exigidos igualmente pela escola e sociedade, o que gradualmente faz com que crianças e adolescentes se desinteressem pelo sistema educacional.

Outro aspecto apontado pelo Plano Municipal (CURITIBA, 2015) é a existência de uma rede de proteção que atue junto a essas famílias com intuito de monitorá-las e acompanhá-las na intenção de garantir e ampliar seus direitos aos estudos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) no artigo 53 afirma que “A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno

desenvolvimento de sua pessoa, prepara-o para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

A compreensão da organização do trabalho em Redes é fundamental para contextualizarmos nossa pesquisa no âmbito educacional, as pesquisadoras Gonçalves e Guará (2010, p. 15) conceitualizam redes “como malha ou teia metafórica da rede, onde a compreensão e análise de uma das formas como os indivíduos, grupos e organizações podem estabelecer relações mais cooperativas entre si”.

Nesse contexto, destacamos o conceito de integração inerente às redes, considerando que as referidas autoras pontuam que:

Construir redes significa apostar em relações humanas articuladas entre pessoas e grupos que, no debate das diferenças, possam ajustar intenções mais coletivas e produtivas para todos. (GONÇALVES E GUARÁ, 2010, p.15).

Nessa abordagem, as referidas pesquisadoras também afirmam,

Quando consideramos a rede como representação organizacional, como quando a pensamos do ponto de vista das relações de apoio mútuo, articuladas por meio das relações de parentesco, amizade ou vizinhança, a base da atuação em redes é a construção da confiança entre os participantes. (GONÇALVES E GUARÁ, 2010, p.15).

Concordamos com a concepção de que as redes de proteção partem de visões plurais e diferentes a respeito das realidades e situações, e que as mesmas se articulam com vínculos concebidos que preconizam interação e cooperação entre os participantes. Na medida em que as relações e ações acolham e compreendam de modo singular os sujeitos, estimulando o diálogo, o cuidado protetor, os relacionamentos afetivos e consistentes, a atuação de forma integrada nos trabalhos de enfrentamento apresentados em prol de um objetivo comum é fortalecida.

4.1 A PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO E O PEDAGOGO NA REDE DE PROTEÇÃO

Para compreendermos o pedagogo em sua área de atuação sistematizamos nossa compreensão de pedagogia como campo de estudo da educação, lembrando do nosso percurso no curso de Pedagogia onde conhecemos a construção histórica do curso e delineamos os avanços até os dias atuais. Para esclarecermos como se construiu a pedagogia historicamente na educação é

preciso recuperar como ela se constituiu no passado, fizemos isso neste texto de forma sucinta.

Partimos dos primórdios e fizemos um caminho começando pela antiguidade onde já se falava em pedagogia, porém, nessa época ainda não havia ainda uma teorização desta, no entanto, já existiam práticas pedagógicas como afirma Saviani (2007),

Desde a Grécia delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia. De um lado, desenvolveu-se uma reflexão estreitamente ligada à filosofia, elaborada em função da finalidade ética que guia a atividade educativa. De outro lado, o sentido empírico e prático inerente à *paideia*, entendida como a formação da criança para a vida, reforçou o aspecto metodológico presente já no sentido etimológico da pedagogia como meio, caminho: a condução da criança. (SAVIANI, 2007, p.100)

Nesse contexto a Pedagogia foi se constituindo como objeto de estudo dentro de áreas como a filosofia e também foi constantemente relacionada às práticas educativas. A abordagem da pedagogia como ciência da educação é recente, como também a tentativa de reafirmar sua autonomia. Vários autores propõem seus argumentos a favor desta. Destacamos Ferreira (2010):

Quando reitero ser a Pedagogia a ciência da educação, não estou a defender uma cientificidade unitária, tampouco uma ciência pautada por verdades e ortodoxias. Defendo uma ciência dialogicamente elaborada, capaz de compreender sujeitos e ações, com um rigor marcado pela cientificidade, com certeza, mas considerando a linguagem, a subjetividade e a historicidade também implicadas nos fenômenos. (FERREIRA, 2010, p. 234)

Assim a partir das definições dos autores compreendemos a importância da Pedagogia, como ciência da Educação, para as pesquisas na área educacional e também apreendemos que os avanços para que a mesma se torne uma ciência autônoma ainda estão em andamento.

Na construção histórica da Pedagogia encontramos o pedagogo, um ator tão importante em nosso trabalho de conclusão de curso, por isso iremos compreender alguns aspectos da atuação deste no ambiente educacional. O pedagogo é um profissional que pode trabalhar em várias instituições que necessitam de atendimento pedagógico. É um profissional formado no curso de Pedagogia e atua no campo educacional. O papel deste profissional na área educacional foi definido por Saviani (2012):

[...] E o pedagogo tanto pode desempenhar o papel de contornar acidentes da estrutura, de impedir que as contradições estruturais venham à tona, de segurar a marcha da história, de consolidar o *status quo*, quanto pode desempenhar o papel inverso de, a partir dos elementos de conjuntura, explicitar as contradições da estrutura, acelerar a marcha da história,

contribuindo, assim, para a transformação estrutural da sociedade. (SAVIANI, 2012, p. 02)

O trabalho pedagógico é um tanto desafiador e o pedagogo precisa estar consciente de sua atuação ativa e transformadora. Nesse desafio o pedagogo vai construindo sua identidade e desenvolvendo suas capacidades no meio educacional e também político como aponta Brzezinski (2011):

As identidades do pedagogo, embora não só por influência disso, vão se delineando em nosso país sob certas determinações das políticas da formação dos profissionais da educação que se materializam em diplomas legais ou instrumentos normativos como, por exemplo, decretos, leis, portarias, resoluções, pareceres, e que se transformam em atividades educativas cotidianas.”(BRZEZINSKI, 2011, p.123)

Compreendemos que a formação e também a função desenvolvida pelo pedagogo passam por transformações sociais e políticas, e pensando nessa conjuntura fomos à busca de profissionais que pudessem contribuir na construção da nossa pesquisa sobre o enfrentamento do abandono escolar e a compreensão do trabalho pedagógico realizado junto à rede de proteção governamental.

O pedagogo é um dos principais sujeitos que fazem parte da rede de proteção como profissional que atua junto às crianças e adolescentes, para que estes não fiquem fora da escola e não tenham prejuízo em suas vidas acadêmicas. Elencamos este profissional como o principal ator quando nos reportamos ao trabalho desenvolvido pela rede de proteção governamental. Compreendemos seu trabalho como orientador educacional como destaca Corrá (2013):

O pedagogo é o profissional responsável pela articulação, organização e transformação pedagógica da escola, promovendo a análise crítica e contextualizada da educação como práxis social, isto é, que domina os saberes científicos e pedagógicos, em situações transformadoras, confere novas configurações a esses saberes, ao mesmo tempo que assegura a dimensão ética, a qual dá suporte à práxis no cotidiano de seu trabalho. (CORRÁ, 2013, p.22)

Concordamos com Corrá (2013), pois a autora compreende que:

O trabalho do pedagogo demanda uma concepção teórico-metodológica que o auxilie na investigação e construção de instrumentos teórico-práticos de enfrentamento da práxis pedagógica cotidiana, sem perder de vista a relação desta com a prática social global. (CORRÁ, 2013, p. 22)

Estamos cientes que há discussões sobre o papel do pedagogo e a cientificidade da prática pedagógica, tais como: Endlich (2016), Simas (2018), Negoseki (2018), Brzezinski (2011) e Libâneo (2001) que nos apresentam reflexões instigantes acerca da teoria e prática da Pedagogia, como Ciência da Educação, das

inquietações e da busca da identidade de pedagogos e pedagogas na construção do conhecimento na prática social.³.

As ações que este profissional desenvolve na rede de proteção governamental estão relacionadas a planejar, coordenar, decidir, executar e avaliar o trabalho pedagógico de forma a atender toda a demanda da instituição em que atua, neste sentido, o pedagogo acaba ficando com as decisões em suas mãos e, portanto, a carga de responsabilidade é muito grande.

4.2. ATUANDO EM REDE: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Consideramos importante trazer um resgate histórico da construção das redes de proteção social voltadas à infância e à adolescência, a fim de que os leitores entendam no que consiste e quais são as atribuições dos profissionais que atuam na rede de proteção governamental, tal como o percurso histórico dos direitos da criança e do adolescente e sobre as políticas públicas asseguradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que preconiza a proteção integral voltada a essa parte da população.

A preocupação em relação às crianças e aos adolescentes, do período colonial até a metade do século XIX, esteve voltada para a assistência, com caráter eminentemente caritativo e religioso, destinada àqueles considerados rejeitados e/ou abandonados (RIZZINI & RIZZINI, 2004). Nesse período, não estava em vigência nenhuma lei de proteção a essas crianças.

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que se constitui através da integração de um conjunto de atores, instrumentos e espaços institucionais formais e informais com papéis e atribuições específicas, rompendo com as práticas assistencialistas e filantrópicas, é resultado de uma mobilização marcada pela Constituição Federal de 1988, a qual alterou a direção da história dos direitos da criança e do adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. E também pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990 que alterou a concepção dos direitos das crianças e dos adolescentes e, vem

³ Esclarecemos que nesta pesquisa não aprofundamos a discussão a respeito do papel do pedagogo devido ao curto período na elaboração do presente trabalho. No entanto, disponibilizamos as referências consultadas ao final desta pesquisa.

construindo ao longo da história, políticas públicas que protegem essa parcela da população (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Os caminhos trilhados no percurso histórico dos direitos e políticas de atendimento à criança e ao adolescente foram importantes para alcançar os direitos fundamentais e a atual atenção integral, considerando-os como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1990).

De acordo com o artigo 2º da resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – o SGD é “responsável por colocar todas as crianças e adolescentes a salvo de todas as formas de violações de direitos e garantir a apuração e reparação dessas”. Esse sistema está estruturado em três eixos estratégicos: promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos.

O eixo da promoção dos direitos visa à formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, sendo composto por órgãos que executam as políticas públicas nas áreas da educação, saúde, assistência social, entre outros, sejam eles governamentais e não governamentais. O eixo da defesa, formado pelo Poder Público (Conselho Tutelar, Ministério Público, Secretarias de Justiça) tem por objetivo assegurar o cumprimento do que é estabelecido na legislação, responsabilizando judicialmente quem violar os direitos garantidos em lei. Já o eixo de controle é composto pela sociedade civil representada nos fóruns de direitos e outras instâncias não-governamentais, assim como os conselhos de direitos e de políticas setoriais (AQUINO, 2004).

A prática do SGD é materializada através das Redes de Proteção que visam à promoção do atendimento integral às necessidades de pessoas que sofrem algum tipo de violência e possuem seus direitos violados e/ou negligenciados, por meio de uma construção coletiva, realizada através de reuniões intersetoriais, tais como representantes das áreas da educação, saúde, assistência social, entre outros.

Cabe salientar também que as redes deveriam cumprir seu papel de prevenção, ou seja, as ações deveriam acontecer antes das violações ocorrerem. O abandono escolar é causa, é reflexo, dessa fragilidade no sistema de garantias de direitos e, são esses pontos que precisam de um olhar mais cuidadoso e direcionado.

A "noção de rede", segundo Aquino (2004):

permite traduzir com mais propriedade a trama de conexões interorganizacionais em que se baseia o sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes", tendo em vista que abrange a complexidade das relações acionadas pelos atores de cada organização para garantir os direitos. (AQUINO, 2004, p. 329)

Deste modo, as redes de proteção representam "o aspecto dinâmico do sistema, conformado a partir das conexões entre atores que compartilham um sentido de ação" (AQUINO, 2004, p. 329).

Guará (2010) corrobora com a premissa acima afirmando que as redes se organizam de forma horizontalizada, sem chefes, e que as ações devem ser sempre compartilhadas e objetivas entre os profissionais que atuam em rede.

Em relação à organização de uma rede de proteção, Aguiar in Furini (2011) descreve que,

(...) a análise de uma rede social deve considerar dois aspectos que, ao seu ver, são indissociáveis. O primeiro seria a estrutura, em que *nós* representam a classificação das relações entre os *nós* e os *papéis* exercidos por cada *nó* qualificam as inter-relações. O segundo seria a *dinâmica*, na qual as relações espaço-temporais devem ser levadas em conta, com o processo no qual se observa, por exemplo, o padrão de informação ocorrido entre os nós, o ritmo em que ocorrem as interconexões ou o fluxo de informação, os graus de participação de cada integrante da rede e os efeitos que essa participação pode proporcionar aos membros da rede e a rede como um todo. (AGUIAR IN FURIN, 2011, p, 170)

De acordo com o Caderno Orientativo para o trabalho intersetorial no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes (2018):

o conceito de rede, de uma forma mais ampla, é empregado para definir a formação de vínculos, relações e ações entre pessoas, serviços e organizações em prol de um objetivo comum, que tem como base a construção de um lugar de compartilhamento das visões plurais a respeito de uma determinada realidade e situação. (CADERNO ORIENTATIVO, 2018, p. 56).

Em outras palavras, a Rede de Proteção Governamental é a união de vários equipamentos de um município, tais como: escolas, unidades de saúde, Conselho Tutelar, equipamentos da assistência social, cujo objetivo segundo o Portal Dia a Dia Educação⁴, é identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante, de acordo com a necessidade e gravidade de caso, com a proposição de ações preventivas para crianças, e até mesmo adultos, em situações de risco. Sendo, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), uma nova

⁴ Portal Dia a Dia, disponível na página www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br

forma de atenção voltada para a infância e adolescência, pois tal articulação dos órgãos, instituições e atores que atendem a criança e o adolescente em suspeita ou situação de violação de direitos, faz-se necessária para a prevenção da violência, assim como para o enfrentamento da violência no atendimento à vítima e responsabilização do(s) suposto(s) agressor(es).

4.3. ALGUNS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ABANDONO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Para compreendermos a relação das Redes de Proteção com o enfrentamento do abandono escolar buscamos fazer um breve estudo das questões que visam à permanência e o bom desempenho de alunos nas escolas da rede pública de ensino, para isso, compreendemos que a educação é garantida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 227 onde diz que todos têm direito ao acesso de educação pública de qualidade, portanto é dever do Estado e da família oferecer e prever a responsabilidade de permanência.

A garantia de oferta e acesso prevista na Constituição Federal legaliza a responsabilidade de oportunizar que todos alcancem seus direitos de educação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) também prevê esse direito afirmando que:

- ART. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- ART. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Essa obrigatoriedade de efetivação também é garantida pela Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996) onde os artigos 2º, 5º especificam que:

- Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária,

organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

O Conselho Tutelar, um dos atores que fazem parte da Rede de Proteção, tem o dever de assegurar que o estudante ausente da escola retorne aos estudos, por isso precisa atuar no cumprimento da lei conforme define o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990):

ART. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

A partir da leitura destes documentos chegamos ao seguinte questionamento: Por que o Estado não consegue garantir a permanência de todas as crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública de Ensino? Com esta indagação chegamos à questão do abandono ou fracasso escolar que hoje pauta nossa pesquisa do trabalho de conclusão de curso.

As determinações legais que pontuamos visam garantir à permanência do aluno matriculado ou em idade escolar frequentando a escola, mas é só o ponto de partida, é preciso que as políticas públicas sejam atualizadas constantemente para sensibilizarem os pais e ou responsáveis legais para matriculem seus filhos e também serem atuantes na vida escolar deles durante a permanência na escola. Sabemos que a efetivação da matrícula não é suficiente para a garantia do direito a educação, é preciso assegurar a permanência do aluno na escola até a conclusão dos estudos, e este tem se mostrado um grande problema.

Ao buscarmos compreender o fracasso escolar nas escolas públicas brasileiras, Patto (1996) pontua que as principais causas para o fracasso escolar estão ligadas com o modo capitalista de compreensão da realidade e também pela pressão e dominação sofridas pelas pessoas de baixa renda e pessoas negras que vivem nas periferias. A autora também liga as questões de dominação e manipulação política diretamente às abordagens escolares.

As dúvidas que permeiam o abandono escolar nos levam a buscar os fatores que contribuem para que esse índice apareça. Quando refletimos sobre esses fatores que melhoram ou pioram o desempenho escolar pensamos diretamente no desempenho e frequência dos alunos, na aprendizagem que estes alunos conseguem durante o ano letivo e se eles apresentam problemas para frequentar as

aulas. Para Patto (1996) o sistema de ensino público é ineficiente em manter os alunos de classes inferiorizada nas escolas, ela afirma que:

Esta maneira de pensar a educação e sua eficácia é marcada por uma ambiguidade: de um lado, afirma a inadequação do ensino no Brasil e sua impossibilidade, na maioria dos casos, de motivar os alunos; de outro, cobra do aluno interesse por uma escola qualificada como desinteressante, atribuindo seu desinteresse à inferioridade cultural do grupo social de onde provém. Estas interpretações do fracasso da escola, são, a nosso ver, inconciliáveis. Da maneira como estão enunciadas não é possível nem mesmo afirmar que a uma escola desinteressante vem se somar um aluno desinteressado; é uma simples questão de lógica: enquanto a primeira não melhorar, não se pode afirmar a falta de motivação como inerente ao segundo. (PATTO,1996, p. 90)

Compreendemos que além da leitura de Patto (1996), que explica o fracasso escolar a partir do método marxista de análise da realidade, que destaca especialmente os aspectos econômicos e as contradições entre capital e trabalho, procuramos dialogar com autores que fazem discussões contemporâneas sobre outros aspectos relacionados ao abandono escolar. Ressaltamos a necessidade de apresentar esses enfoques que poderiam relacionar-se à busca da compreensão da dimensão complexa do fenômeno abandono escolar. Para tanto, consideramos outros fatores relacionados ao abandono escolar, dentre eles, a atuação da família, conforme os autores Damasceno, Costa, & Negreiros (2017. p, 11), que por sua vez, analisam que “quando as interações entre a família e o aluno não são favoráveis à aprendizagem, deposita-se a culpa do fracasso nos familiares, que de alguma forma foram negligentes durante o processo.”

A autora Voss (2014) destaca entre outros aspectos, o universo escolar no processo do fracasso escolar, para ela,

O fracasso escolar é uma questão complexa que envolve dinâmica escolar, relação professor-aluno, sociedade, política, cultura e cognição. A relação sociedade e cognição, no que se refere ao desempenho escolar, é muito pouco abordada merecendo, assim, maior aprofundamento. Por isso, é importante privilegiar os aspectos sociocognitivos do fracasso escolar, reconhecendo as diversas facetas do fenômeno. (VOSS, 2014. p, 172)

Nesse contexto, o abandono ou fracasso escolar é visto como um fato que expressa a complexidade da sociedade atual, portanto, os apontamentos realizados até o presente momento, a fim de compreender este fenômeno, exigem um maior aprofundamento nas discussões, que buscamos realizar, a partir da análise de dados coletados, por meio dos instrumentos de pesquisa que elaboramos e foram aplicados aos colaboradores que atuam na Rede de Proteção. E a partir destes,

chegamos a algumas possibilidades de superação e organização de ações que visam a ressignificação na construção de ações, que possam contribuir para o sucesso escolar de crianças e adolescentes que ficaram fora da escola. No próximo capítulo, apresentamos a análise dos resultados.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo apresentamos a análise das temáticas que foram identificadas durante a aplicação dos questionários e escuta dos áudios das entrevistas reflexivas.

Em relação aos questionários analisamos as respostas assinaladas pelos participantes questão a questão trazendo reflexões a partir do nosso objetivo de pesquisa, já as entrevistas reflexivas, após a transcrição na íntegra, selecionamos algumas falas que vieram ao encontro do tema deste trabalho. Elaboramos quadro para melhor visualização e à luz dos autores encontrados em nossa busca no banco de dados do site de Pedagogia da UFPR e SCIELO (Quadro nº 01 – Pesquisa Exploratória) trouxemos problematizações a respeito dos encaminhamentos pedagógico-sociais adotados pelos profissionais que atuam na Rede de Proteção em atenção às crianças e adolescentes para o enfrentamento do abandono escolar.

5.1. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

O Protocolo nº 01 – Questionário foi aplicado a três representantes de três secretarias diferentes que compõe a Rede de Proteção Governamental de Curitiba/PR, sendo elas: Saúde, Conselho Tutelar e Assistência Social.

Composto por 08 questões de assinalar "x" objetivou-se com este instrumento extrair dos participantes quais são suas percepções em relação ao trabalho desempenhado pelos profissionais da Rede de Proteção Governamental, bem como quais são suas percepções em relação a efetividade da equipe nos encaminhamentos pedagógico-sociais adotados no enfrentamento do abandono escolar.

Todas as participantes atuam a mais de 10 anos no serviço público e são integrantes das reuniões de Rede de Proteção, conforme a questão nº 01. Contudo, foram convidadas a representar suas secretarias na Rede de Proteção Governamental em diferentes momentos de suas carreiras profissionais, o que pode explicar a resposta delas na questão nº 02 sobre o grau de satisfação com as reuniões da equipe. Nessa questão, as respostas obtidas foram: "insatisfeita, nem satisfeita nem insatisfeita e satisfeita".

A terceira questão solicitava que as profissionais justificassem as respostas. Das marcações atribuídas na questão anterior, obtivemos algumas respostas que possivelmente justifiquem o grau de satisfação dos profissionais em questão. Dois questionários apontaram para 'Outros Motivos', que permitia a elas pontuar qual(is) razões subsidiaram seus pareceres sobre a efetividade da Rede de Proteção Governamental. Nas respostas encontramos que a disponibilidade de pessoal, recursos materiais e o volume de trabalho dificultam o acompanhamento e monitoramento dos casos. Já a terceira pessoa entrevistada pontuou que há pouca efetividade nos encaminhamentos adotados pelos profissionais que atuam na Rede de Proteção.

Referente às demandas discutidas nas reuniões da Rede (questão nº 04) encontramos respostas como questões de saúde (com uso de substâncias psicoativas, gravidez na adolescência etc.), vínculos familiares fragilizados e violências. Observamos que, apesar das reuniões discutirem os mesmos casos sobre as mesmas pessoas, os profissionais ainda enxergam essas situações de modo fragmentado, de acordo com suas especificidades de atuação. Cabe ressaltar que todas as questões permitiam mais de uma resposta e segundo Faraj, Siqueira e Arpini (2016):

exercer a articulação da rede implica agendas em comum, tanto para o desenvolvimento de acordos em relação aos desafios e ações, como para o acompanhamento dos casos e avaliações de fluxos, com vistas à atuação integrada e articulada das instituições, órgãos e atores que atuam no atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. (FARAJ, SIQUEIRA E ARPINI, 2016, p. 731)

Na questão nº 05, queríamos saber qual o entendimento sobre o conceito de abandono escolar, e foi unânime a percepção dos profissionais de que se trata do aluno que deixa de frequentar a escola por um período e retoma os estudos em outro momento.

Elaboramos a próxima questão com intuito de mapear, ainda que inicialmente, os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados pela Rede de Proteção Governamental em atenção às crianças e aos adolescentes para o enfrentamento do abandono escolar e, pudemos perceber que cada um, em sua área de atuação, adota encaminhamentos diferentes. O Conselho Tutelar indicou a convocação dos pais; na área da Saúde são realizadas visitas domiciliares e a Assistência Social assinalou o acolhimento da criança e do adolescente, incentivando-os aos estudos.

Isso nos mostrou que, tais profissionais entendem a criança e o adolescente como um ser social que pertence e se move em diferentes espaços e contextos sociais.

Apesar de adotarem encaminhamentos pedagógico-sociais diferentes, todos apontaram a falta de incentivo da família e dos responsáveis para enviar os filhos à escola como fator principal que leva ao abandono escolar, conforme apontou a questão nº 07. Tal situação foi trazida pelos profissionais em questão, no entanto, há de considerar como as famílias se percebem neste contexto.

A última questão referia-se as percepções sobre o envolvimento do pedagogo na Rede de Proteção Governamental para o enfrentamento do abandono escolar, um dos entrevistados colocou que esse profissional não se envolve ativamente nas atividades e deliberações propostas pela Rede, não buscando a superação dos problemas apresentados nas reuniões locais. Os outros dois, assinalaram que percebem uma atuação mais efetiva do pedagogo junto a Rede de Proteção.

5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REFLEXIVAS

As entrevistas foram realizadas em três momentos distintos. Contamos com o apoio de quatro pedagogas que, gentilmente nos oportunizaram aprofundar nosso conhecimento nessa temática de grande relevância, que é identificar os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados pelos profissionais da Rede de Proteção Governamental para o enfrentamento do abandono escolar.

A entrevista reflexiva com a pedagoga Aline ocorreu num espaço destinado ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes com suas mães, vítimas de violência doméstica. Foram 28:39 minutos de muito aprendizado no dia cinco de novembro de 2019. Pedagoga de formação, ela conta com especializações em Educação Infantil e Pedagogia Social.

Já a entrevista com a pedagoga Beatriz aconteceu numa instituição escolar. Ela é formada em Pedagogia com ênfase em Orientação Educacional e pós-graduada em Gestão da Escola que Protege e Psicopedagogia. Beatriz tem a escola como “minha vida aqui” (sic), entendendo-a como componente de atuação na Rede de Proteção Governamental. A boa conversa durou 29:09 minutos, no dia seis de novembro do corrente ano.

O terceiro momento foi tão enriquecedor como os demais. Em 22:11 minutos de entrevista gravada, as pedagogas Clara e Dalva, ambas com um currículo sólido,

apresentaram-nos o trabalho realizado pela Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção de Curitiba/PR.

Todas essas entrevistas foram bem produtivas e nos apontaram algumas questões que foram discutidas durante toda a tessitura deste trabalho.

Na transcrição na íntegra e releitura dos documentos transcritos selecionamos três frases manifestadas na entrevistas, que nortearam a discussão do tema pesquisado. Tais frases tornaram-se pontos de partida para a nossa discussão.

5.2.1 “A criança não tem apoio” (Pedagoga Aline)

Realizamos a entrevista numa Instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes e suas mães que foram vítimas de violência e que foram acolhidos neste espaço. As crianças e adolescentes continuam frequentando a escola e as mães, na medida do possível, retomam suas rotinas de vida. Da entrevista selecionamos três falas recorrentes e significativas que nos ajudam a compreender a atuação do Pedagogo nesses espaços.

QUADRO 01 - TEMÁTICAS IDENTIFICADAS NAS RESPOSTAS DA ENTREVISTADA PEDAGOGA ALINE

QUESTÃO	RESPOSTA
<p>A partir das suas vivências nesta instituição e também de outras experiências, como você define o abandono escolar?</p>	<p><i>”O abandono escolar eu acredito que é a falta de importância que a família dá para os estudos, para a escolaridade da criança, sabe é eu já ouvi de famílias, assim dizer se sabe ler e escrever tá bom, e assim não valorizam a vida escolar da criança, no valoriza a criança, e a criança não tem apoio.”</i></p>

<p>Quando falamos em abandono escolar não podemos esquecer a primeira instituição que acolheu essas crianças, “a escola”, gostaríamos de saber como você compreende os papéis da escola nesse paradoxo.</p>	<p><i>“[...] porque escola assim, eu como eu trabalho na rede de proteção, a gente vê nas reuniões da rede de proteção as pedagogas vem com as fichas das crianças que não estão vindo, às vezes já foram fazer visita na casa e não encontraram a criança entende? E aí assim, como eu te disse é o conselho tutelar precisa ir atrás dessa criança, tem que ser mais atuante, mas a escola ela, eu acredito que a escola dentro do limite dela ela está fazendo o seu papel.”</i></p>
<p>Quais são os encaminhamentos pedagógico-sociais que você adota para o enfrentamento do abandono escolar?</p>	<p><i>“[...] Vamos dizer, nós trabalhamos com prevenção e proteção e fortalecimento de vínculos né, como diz o nome do nosso serviço, então nosso trabalho é prevenir que essa criança não saia da escola, é estar em contato direto com a família, é mostrando pra ela o valor da escola, o valor dos estudos, as possibilidades que abrem para ela como criança, como família.[...]”</i></p>

FONTE: ELIAS e PAULA, 2019.

A partir da escuta da pedagoga Aline, pudemos compreender que em sua vivência cotidiana foi possível perceber que a família é o centro das ações voltadas às questões que envolvem a vida escolar das crianças e adolescentes, que estão sob seus cuidados. A entrevistada Aline relatou que falta esclarecimento e também compreensão do mundo para que as famílias percebam a importância da formação do indivíduo para a vida, neste aspecto fizemos um diálogo com a fala de Farias e Glir (2014),

Neste sentido, a família é uma importante fonte de apoio emocional e social para as crianças e adolescentes, mesmo quando ela própria é causadora de eventos estressores como o abuso sexual ou está inserida em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Vale destacar que através do diálogo, comunicação, apoio mútuo, relações positivas e de qualidade é possível um desenvolvimento integral e adequado às crianças e aos adolescentes. (FARIAS E GLIR, 2014, p.57)

As autoras destacam a importância da família na formação integral da criança e do adolescente, e a pedagoga Aline também pontuou:

O abandono escolar eu acredito que é a falta de importância que a família dá para os estudos, para a escolaridade da criança, sabe é eu já ouvi de famílias, assim dizer se sabe ler e escrever tá bom, e assim não valorizam a vida escolar da criança, no valoriza a criança, e a criança não tem apoio. (sic) (Entrevista realizada com Pedagoga Aline, novembro, 2019).

Um dos fatores encontrados para o abandono escolar foi a falta de formação e informação da família e que resulta no abandono da vida escolar do filho. No entanto, reafirmamos que as famílias também precisam ser ouvidas para que assim possamos perceber como elas se vêem nesse cenário.

Na segunda questão pontuada na fala da pedagoga Aline ela destaca a insuficiência do poder público, na figura do Conselho Tutelar, em reaver as ações para prevenir o abandono escolar, entendemos a partir do relato da entrevistada que a demanda não é atendida.

[...] porque escola assim, eu como eu trabalho na rede de proteção, a gente vê nas reuniões da rede de proteção as pedagogas vem com as fichas das crianças que não estão vindo, às vezes já foram fazer visita na casa e não encontraram a criança entende? E aí assim, como eu te disse é o conselho tutelar precisa ir atrás dessa criança, tem que ser mais atuante, mas a escola ela, eu acredito que a escola dentro do limite dela ela está fazendo o seu papel. (sic) (Entrevista realizada com Pedagoga Aline, novembro, 2019).

As autoras Ayres, Cardoso e Pereira (2009) apresentam uma análise das leis que protegem as crianças e adolescentes e destacam:

[...] tal redirecionamento das políticas públicas no que tange à infância e juventude, ainda que propusesse uma mudança na lógica de proteção, agora vinculada à garantia dos direitos humanos e da cidadania permanece no viés da assistência, da vitimização. “Esse pensamento coincide, temporalmente, com o neoliberalismo, com a lógica do chamado Estado mínimo nas questões sociais, o que acaba por abrir um fosso entre o que há na lei e o que acontece nas práticas cotidianas. (AYRES, CARDOSO, PEREIRA, 2009, p.130)

Compreendemos nesta análise que as políticas públicas precisam ser revistas e a escola precisa estar mais atenta às questões sociais, ainda que a pedagoga Aline destaque o trabalho da escola como positivo.

Na entrevista com a esta pedagoga tivemos alguns esclarecimentos do que está sendo realizado no trabalho em rede para que os índices melhorem a cada ano.

[...] Vamos dizer, nós trabalhamos com prevenção e proteção e fortalecimento de vínculos né, como diz o nome do nosso serviço, então nosso trabalho é prevenir que essa criança não saia da escola, é estar em contato direto com a família, é mostrando pra ela o valor da escola, o valor dos estudos, as possibilidades que abrem para ela como criança, como família [...] (sic) (Entrevista realizada com Pedagoga Aline, novembro, 2019)

O trabalho em rede está sendo feito e pensado de maneira articulada e profissional, mas ainda é insuficiente para atender a demanda que se apresenta, nesta fala podemos compreender que tem muitas ações sendo realizadas, mas ainda faltam políticas públicas que efetivem o trabalho dentro de toda a rede, pois é preciso que todos os atuantes da mesma desenvolvam as ações preventivas.

5.2.2 “A escola se perceber enquanto componente da rede.” (Pedagoga Beatriz)

A outra entrevista foi realizada na instituição escolar. Dentre as demandas exigidas pela mantenedora de avaliar, planejar, supervisionar e coordenar o trabalho pedagógico desenvolvido pela equipe docente, o pedagogo escolar, por vezes, assume outras funções e atividades. Durante a entrevista reflexiva, algumas falas foram identificadas e estruturaram o quadro abaixo.

QUADRO 02 – TEMÁTICAS IDENTIFICADAS NAS RESPOSTAS DA ENTREVISTADA PEDAGOGA BEATRIZ

QUESTÃO	RESPOSTA
Quais aspectos favorecem o seu método de atuação junto à Rede de Proteção?	<i>“[...] a escola se perceber enquanto componente da rede, mas isso não sou só eu que sou representante da rede, mas que o professor lá na sala de aula, que a tia que ta no pátio né, que todo mundo na escola faz , faça, cumpra o seu papel, para que nós possamos ter uma ação realmente de rede de proteção né..”</i>
Quais aspectos limitam o seu método de atuação junto à Rede de Proteção?	<i>“[...] ‘eu fiz o encaminhamento, eu registrei tudo, então eu devo dormir tranquila?’ Não vejo isso.”</i>
Quando falamos em abandono escolar não podemos esquecer a primeira instituição que acolheu essas crianças, “a escola”, gostaríamos de saber como você compreende os papéis da escola nesse paradoxo.	<i>“Então, eu penso que às vezes a própria escola é acaba contribuindo pra esse afastamento da criança, do adolescente”</i>

FONTE: ELIAS e PAULA, 2019.

Um dos fatores apresentados no discurso da pedagogia Beatriz foi a falta de retorno em relação pontuando que:

A gente faz o máximo possível pra não fazer encaminhamento, porque a gente sabe que a rede, né... a rede quando eu digo rede, que a gente faz encaminhamento dos casos de frequência é o Conselho Tutelar né, que já 'tá' cheio de coisas... então a experiência que a gente 'tá' tendo aqui, raro os casos, a gente tem tido retorno desse equipamento né que é o Conselho né, não sei por conta de todo o trabalho que eles tem e tudo o que eles atendem né, então, assim a limitação as vezes de um encaminhamento junto a Rede é esse... de ter o retorno [...] (sic) (Entrevista realizada com Pedagoga Beatriz, novembro, 2019).

Ela trouxe em sua fala a percepção sobre a atuação de alguns profissionais da Rede de Proteção que acabam se eximindo de suas responsabilidades como equipe e, reafirmou que falta um olhar mais atento e monitoramento constantes dessas crianças e adolescentes a fim de que se verifique se houve superação da situação de vulnerabilidade e/ou violência.

Segundo Beatriz é inaceitável profissionais que atuam junto ao Sistema de Garantia de Direitos mencionar a seguinte frase: “[...] ‘eu fiz o encaminhamento, eu registrei tudo, então eu devo dormir tranqüila?’ Não vejo isso.” (sic)

Na ocasião, ela também pontuou a que em alguns momentos sente-se frustrada com o trabalho desenvolvido pela Rede de Proteção visto que em muitos casos, a escola não consegue resgatar a criança e/ou adolescente e fazê-lo retomar seus estudos e que muitos encaminhamentos realizados por eles, enquanto escola, não tem retorno. Afirmou também, que muitas vezes a equipe da instituição escolar não tem autonomia para executar as atividades como de fato deveriam ser feitas.

A respeito desse processo de trabalho Juliano e Yunes (2014) afirmam que:

Construir e consolidar redes são processos intimamente ligados à convivência. Conviver com outros seres humanos, significa interagir de forma recíproca, a partir de trocas, principalmente afetivas, que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjugação de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação. (JULIANO E YUNES, 2014, p. 137)

Sendo assim, compreendemos ser necessário que todos os profissionais envolvidos compreendam que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e deveres e ainda, que todas as medidas, no sentido de garanti-los, precisam ser implementadas.

De acordo com o Protocolo ABRACE documento elaborado no Encontro pela Justiça na Educação em 2001, que visa à discussão e elaboração de mecanismos

de acompanhamento da frequência escolar no ensino fundamental, a escola tem grande responsabilidade quanto à garantia do direito à educação e, para isso, precisa desenvolver e executar ações que visem à proteção integral das crianças e dos adolescentes.

O mesmo documento (2017) também propõe que sejam estabelecidas:

Normas e procedimentos que são adotados para a prevenção e o enfrentamento do abandono e da evasão escolar, envolvendo a atuação, o esforço e a cooperação conjuntos dos órgãos corresponsáveis. Nele, se definem normas e procedimentos que a equipe da unidade educacional deve adotar para a reinserção de educandos com problemas de faltas reiteradas, abandono e evasão escolar. (PROJETO ABRACE 2017, p. 17)

Durante a entrevista, outro ponto abordado pela pedagoga Beatriz, foi o sentimento de pertencimento. Ela explicou que é necessário que a escola como um todo sinta-se parte da Rede de Proteção e não somente ela como representante, afirmando:

[...] a escola se perceber enquanto componente da rede, mas isso não sou só eu que sou representante da rede, mas que o professor lá na sala de aula, que a tia que ta no pátio né, que todo mundo na escola faz, faça, cumpra o seu papel, para que nós possamos ter uma ação realmente de rede de proteção né..” (sic). Disse que o trabalho perde a força quando o professor de sala de aula não tem essa visão de componente da Rede. (Entrevista realizada com Pedagoga Beatriz, novembro, 2019)

Uma das perguntas do protocolo de entrevista reflexiva tratava a escola como a primeira instituição que acolhe crianças e adolescentes e ficou o questionamento sobre qual o papel desse espaço nesse paradoxo. Beatriz deu-nos outra pista dizendo que:

[...] eu penso que, às vezes, a própria escola é.. acaba contribuindo pra esse afastamento da criança, do adolescente” (sic). Vimos que é fundamental que a equipe esteja atuando em conjunto para que a criança e/ou adolescente sintam-se acolhidos em sua singularidade e que suas vulnerabilidades sejam acatadas por toda a equipe pedagógica, pois como afirmou a pedagoga em entrevista “às vezes, uma palavra afasta de novo, né (sic). (Entrevista realizada com Pedagoga Beatriz, novembro, 2019)

Para a entrevistada, os profissionais que atuam na Rede de Proteção e demais membros da equipe escolar devem garantir o acesso, a permanência e o sucesso do estudante através do acolhimento, escuta qualificada e amorosa, compreendendo-o como parte de um contexto social mais amplo e complexo. Precoma (2017) afirma que,

ouvir constitui-se como uma das possibilidades humanas de conhecer, aprender, representar o mundo, pois por meio desse sentido humano-cultural é possível conhecer-se e conhecer outros seres, ouvir-conhecer a natureza, o planeta, o universo.(PRECOMA, 2017, p.4)

Os profissionais envolvidos precisam estar atentos ao meio social em que estão inseridos para que possam desenvolver um trabalho voltado à prevenção dos processos excludentes que as crianças e adolescentes possam vir a sofrer.

5.2.3 “Foco e premissa de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos” (Pedagoga Dalva)

A última entrevista reflexiva foi realizada com pedagogas que atualmente encontram-se na gestão do município de Curitiba. Realizamos a entrevista com as pedagogas Clara e Dalva da Coordenação de Equidade, Família e Rede de Proteção do município de Curitiba/PR. Essa coordenadoria é dividida em Gerência de Equidade, Gerência de Educação em Direitos Humanos e Gerência de Rede de Proteção.

As profissionais planejam o trabalho executado pela Rede de Proteção de um modo geral, e desenvolvem junto aos professores e pedagogos um trabalho formativo chamado projeto ABRACE⁵.

Elencamos três respostas que foram significativas para a composição desse trabalho, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 03 - TEMÁTICAS IDENTIFICADAS NAS RESPOSTAS DA ENTREVISTADA PEDAGOGA CLARA E DALVA

QUESTÃO	RESPOSTA
<p>Como você descreve seu método de trabalho junto a Rede de Proteção governamental em atenção às crianças e adolescentes para o enfrentamento do abandono escolar?</p>	<p><i>“Acho que a primeira questão que a gente tenta sempre tá mostrando é a importância do acolhimento da criança dentro da escola, porque o ciclo muitas vezes vicioso da família não ter esse vínculo junto a escola, a criança não cria esse vínculo junto a escola, e cabe a escola acolher essa criança , ter o olhar global [...] pra toda aquela realidade, como ela chega até a escola, os acessos dela até a escola, que às vezes falta por conta do acesso, e o acolhimento acho</i></p>

⁵ Caderno do Projeto ABRACE disponível em <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/11/pdf/00258590.pdf>.

	<p><i>que é a primeira atitude que a escola tem que ter com a família e com a criança, para que se crie um vínculo e depois apostar um pouco mais na potencialidade da aprendizagem e não enfatizando aquela lacuna que ficou da aprendizagem, perdas pedagógicas.”</i></p>
<p>Há aspectos que limitam e/ou favorecem o seu método de trabalho junto à Rede de Proteção? Você pode falar um pouco sobre isso?</p>	<p><i>“Eu penso que o principal limitador tem haver com condições de trabalho mesmo dos profissionais envolvidos nesta rede de proteção, nesta rede ampla, por que a falta né, a não presença na escola, não é só da escola, objetivamente é da escola por que naquele horário teria que estar ali, a falta envolve todo um trabalho coletivo e esta dificuldade de trabalho dos profissionais envolvidos com estas questões, com todas as políticas envolvidas nestas questões.”</i></p>
<p>Qual a sua percepção em relação à atuação dos pedagogos e demais profissionais que compõe a rede de proteção governamental?</p>	<p><i>“[...] e o pedagogo se vê responsável por estas ações, pelo menos pelo preenchimento do documento, ele se julga, incorporou que a responsabilidade pelo documento é dele, alguns, não posso falar em números mesmo, né, mas assim pela percepção de convivência que a gente tem, alguns vão além da responsabilidade pelo preenchimento e outros não chegam a perceber isso, o seu papel dentro da escola de articulação do saber com a comunidade, da escola com a comunidade, da escola com a família e o seu papel de principalmente de formador dos professores, porque se o professor tem dificuldade de entender o direito do aluno [...] caberia ao pedagogo orientar esse professor né, então esse é um papel bem importante do pedagogo dentro da escola e a gente vê em alguns casos além das limitações, então podemos dizer que dentro do universo temos vários tipos de profissionais, aqueles que se vêem como parte das ações de prevenção e aqueles que estão ao lado.”</i></p>

As pedagogas Clara e Dalva, que atuam na Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção no município, abordaram o trabalho que realizam enquanto gestão. Essa entrevista foi orientada pelo protocolo n.º 3, que consta no item apêndice do presente trabalho. A pedagoga Clara pontuou:

Eu penso que o principal limitador tem a ver...com condições de trabalho mesmo dos profissionais envolvidos nesta rede de proteção, nesta rede ampla, porque a falta né, a não presença na escola, não é só da escola, objetivamente é da escola porque naquele horário teria que estar ali, a falta envolve todo um trabalho coletivo e esta dificuldade de trabalho dos profissionais envolvidos com estas questões, com todas as políticas envolvidas nestas questões. (sic) (Entrevista realizada com as Pedagogas Clara e Dalva, novembro, 2019).

Nesta resposta, uma das profissionais que atua na gestão pública reconhece que a condição de trabalho dos profissionais que atuam em rede é insuficiente, precisa ser mais atuante, a escola não dá conta sozinha de atender toda essa demanda.

Sobre a importância de fazer um trabalho voltado para o acolhimento de crianças e adolescentes a pedagoga Dalva destaca:

Acho que a primeira questão que a gente tenta sempre tá mostrando é a importância do acolhimento da criança dentro da escola, porque o ciclo muitas vezes vicioso da família não ter esse vínculo junto à escola, a criança não cria esse vínculo junto à escola, e cabe a escola acolher essa criança, ter o olhar global [...] pra toda aquela realidade, como ela chega até a escola, os acessos dela até a escola, que às vezes falta por conta do acesso, e o acolhimento acho que é a primeira atitude que a escola tem que ter com a família e com a criança, para que se crie um vínculo e depois apostar um pouco mais na potencialidade da aprendizagem e não enfatizando aquela lacuna que ficou da aprendizagem, perdas pedagógicas. (sic) (Entrevista realizada com Pedagoga Dalva, novembro, 2019)

A partir das opiniões da Pedagoga Dalva observamos que ela pontua também, como as outras pedagogas entrevistadas, que a família precisa estar atuante na vida escolar do filho para que este prossiga com os estudos.

A pedagoga Clara no papel de gestora compreende o papel do pedagogo com um dos principais atuantes dentro das ações propostas pela rede de proteção governamental, ela afirma:

[...] e o pedagogo se vê responsável por estas ações, pelo menos pelo preenchimento do documento, ele se julga, incorporou que a responsabilidade pelo documento é dele, alguns, não posso falar em números mesmo, né, mas assim pela percepção de convivência que a gente tem, alguns vão além da responsabilidade pelo preenchimento e outros não chegam a perceber isso, o seu papel dentro da escola de articulação do saber com a comunidade, da escola com a comunidade, da escola com a família e o seu papel de principalmente de formador dos professores, porque se o professor tem dificuldade de entender o direito do aluno [...] caberia ao pedagogo orientar esse professor né, então esse é um papel bem importante

do pedagogo dentro da escola e a gente vê em alguns casos além das limitações, então podemos dizer que dentro do universo temos vários tipos de profissionais, aqueles que se vêem como parte das ações de prevenção e aqueles que estão ao lado. (sic) (Entrevista realizada com Pedagoga Dalva, novembro, 2019)

Compreendemos que há muito que se fazer ainda dentro do trabalho em rede, e o papel do pedagogo não pode se restringir ao preenchimento de documentos e de participante das reuniões de rede. O trabalho do pedagogo precisa ser de articulador das ações preventivas para o enfrentamento do abandono escolar.

Observamos através da aplicação dos instrumentos que os pedagogos e demais profissionais, que colaboraram com esta pesquisa, participam das reuniões de rede locais e trabalham de acordo com as demandas que se apresentam nos limites de atuação e das competências de suas secretarias.

Percebemos durante a coleta de dados que eles desempenham suas funções, mas não conseguem estabelecer um fluxo de trabalho junto às escolas que facilite o mapeamento dos casos de violência, negligência e vulnerabilidade presentes no espaço escolar, por conta das questões burocráticas que acabam atrasando as ações, visto que como se trata de um trabalho em rede é necessário que todos desempenhem suas funções dentro da articulação das propostas discutidas nas reuniões, porém, estas ações demoram a serem concretizadas.

Vimos também que enquanto gestão, a Coordenadoria de Equidade, Família e Rede de Proteção propõe um trabalho formativo junto aos docentes através do Projeto ABRACE. Já os encaminhamentos pedagógicos sociais adotados pelos demais entrevistados são a escuta e acolhida do aluno, a visita domiciliar e o preenchimento de fichas que indicam o abandono escolar

Atentando-nos às respostas das pedagogas e demais profissionais que participaram deste trabalho, pudemos traçar um caminho pelo qual sinalizamos algumas ações que são possíveis de serem feitas, tais como: a participação mais efetiva do Conselho Tutelar nas situações em que é contatado, pois pelo que compreendemos muitos encaminhamentos acabam não tendo o retorno devido, ao volume de trabalho dos conselheiros; outra ação possível são os encaminhamentos dos casos extremos via judicial, ou seja, garantir que a Rede de Proteção Governamental encontre respaldo em questões que necessitem da judicialização, e também percebemos que é preciso que a escola acolha as crianças e adolescentes de forma amorosa e empática para que estes compreendam seus direitos e deveres

tendo a escola como espaço emancipador. No próximo capítulo apresentaremos as considerações finais relativas a essa investigação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Faremos a comparação do trabalho desenvolvido pela Rede de Proteção Governamental com a rede de proteção que é bastante utilizada em casas e apartamentos com intuito de proteger crianças e/ou animais domésticos de riscos e possíveis acidentes.

Esse exemplo de rede pode nos ajudar a visualizar que tipo de Rede de Proteção Governamental que queremos construir. Num primeiro momento temos um cuidado com o tipo de rede que pretendemos instalar, avaliamos a abertura ideal entre as tramas, o tipo do material, a cor, bem como verificamos quais as condições do local em que essa rede será instalada.

A ideia da rede instalada nos remete que há limites de atuação entre os setores governamentais dentro do sistema de garantia de direitos. O espaço em que a rede é instalada nos remete a discussão dos casos propriamente ditos nas reuniões locais da rede proteção. E, nesse ambiente em que a rede foi instalada estão os pedagogos e demais profissionais, bem como a criança e o adolescente com sua família. A instalação da rede efetivamente nos dá a ideia de proteção, acolhimento e resiliência num lugar que oferece um novo horizonte, com mais proteção e possibilidades. Essa ilustração nos remete ao conceito de rede que pretendemos construir ao longo de nossa caminhada como Pedagogas, Cientistas da Educação.

Precisamos ter em mente que o abandono escolar é consequência das condições de vulnerabilidade pessoal e social nas quais as crianças e suas famílias estão submetidas e à complexidade dos papéis da família e do Estado na proteção e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A baixa frequência escolar de crianças e adolescentes indica que há fatores que estão desestimulando e/ou impedindo a presença deles nas instituições escolares.

Compreendemos que a identificação precoce da causa e a intervenção, para evitar a ocorrência do abandono escolar, devem acontecer de forma preventiva.

Encontramos ao longo da nossa coleta de dados uma linha tênue entre o que é para ser feito e o que de fato acontece para o enfrentamento do abandono escolar.

Captamos falas durante o recolhimento dos questionários que permeiam e contrapõem-se entre si, tais como: “*A Rede não pára, não se perde o “olhar de rede” em nenhuma situação.*” (sic) e “*Percebo que há uma morosidade em relação aos*

encaminhamentos e ações, pois sempre acaba esbarrando em questões burocráticas de outros órgãos.” (sic), que nos fizeram parar para refletir a respeito da efetividade que esses encaminhamentos pedagógico-sociais refletem quando abordamos a temática abandono escolar.

Encontramos as mesmas angústias nas respostas das profissionais que se dispuseram a contribuir na construção deste trabalho, tais como: há profissionais, há demandas, há reuniões, mas não há retorno em muitos casos. Diante deste contexto complexo, percebemos que boa parte da frustração desses profissionais está na falta de ações de caráter preventivo.

Morin (2011, p.43) discorre sobre o ensinar para condição humana e pontua: “A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana”, sendo assim refletindo a partir da condição humana é de suma importância rever alguns aspectos para que o trabalho desenvolvido pela rede de proteção governamental tenha êxito, em diálogo com as redes não-governamentais, assim como as espontâneas.

Outra contribuição que este trabalho traz por meio da proposição, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão é o esboço de um Projeto-piloto, que carinhosamente, chamamos de “Projeto Eu Pertença!”, que futuramente na condição de pedagogas pretendemos desenvolvê-lo de forma coletiva, no intuito de fortalecer e somar às ações da Rede de Proteção Governamental e em parceria com a UFPR.

Neste contexto, propomos inicialmente, que a elaboração desse Projeto-piloto considere os seguintes objetivos:

- 1) Pactuar junto às famílias planos de acompanhamento familiar, em que seja possível traçar um perfil e diagnóstico das principais demandas apresentadas por este núcleo familiar;
- 2) Investir em ações e programas de prevenção com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, como o que já ocorre em unidades de acolhimento institucional, tornando-o parte das ações e planejamentos anuais das instituições escolares;
- 3) Dar visibilidade às ações da Rede de Proteção, a fim de que as crianças, adolescentes e suas famílias compreendam seus direitos e deveres, e a importância do trabalho desenvolvido para superação de suas fragilidades e vulnerabilidades sociais.

O projeto tem como proposta estabelecer um diálogo permanente entre as diferentes Redes de Proteção, envolvendo a rede governamental, as espontâneas e, ainda, as organizações da sociedade civil no intuito de mobilizar esses atores para a identificação e o mapeamento de crianças e adolescentes que sinalizam vulnerabilidades e também as que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Desta forma, pretendemos contribuir na resolução dos problemas que os impedem de estudar, a fim de reconduzi-los à sala de aula, apoiando seu acesso, permanência e sucesso na escola.

A identificação das famílias seria realizada por meio de consultas aos documentos oficiais disponíveis aos profissionais da Rede de Proteção Governamental, tais como Cadastro Único do Governo Federal, que permite verificar questões sociais e de renda; informações do cadastro no Sistema Único de Saúde e também nos registros da Secretaria de Educação, articulação com essas esferas do poder público, ações determinantes que fortaleçam a Rede de Proteção Governamental em atenção às crianças e adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade para que tenham seus direitos garantidos.

Dos objetivos iniciais previstos apontamos como objetivo geral a garantia do acesso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes no ambiente escolar por meio do fortalecimento e ampliação da mobilização social referente ao enfrentamento do abandono e evasão escolar com trabalhos preventivos.

Tal proposta aconteceria no formato de oficinas, com temáticas definidas e acordadas em grupo mediante perfil do território e identificação dos participantes, nos espaços dos contra-turnos escolares da Regional do Cajuru no município de Curitiba/PR, e contaria com a presença de representantes das famílias, pedagogos, professores, alunos, educadores sociais que convivem e atuam nas Redes Sociais espontâneas, sociocomunitárias, sociais movimentalistas, privadas e governamentais, com vistas à prevenção de situações de violência e/ou vulnerabilidade com nossas crianças e adolescentes e suas famílias.

Nessa abordagem concordamos com Sá (2019) que a partir da Teoria da Complexidade há uma Pedagogia Complexa que poderá nos auxiliar, na atuação profissional como pedagogas, em busca da construção da identidade epistemológica, nos processos de formação humana bem como na religação dos saberes por meio do diálogo permanente entre as diferentes áreas do conhecimento, com vistas a uma pedagogia, que compreenda a complexidade da vida humana.

Precoma (2017) destaca que a escuta deve ser atenta, sem preconceitos e se dar forma singular, reafirmando que a complexidade do outro só poderá ser desvelada a partir da escuta qualificada e amorosa, da inteireza do interlocutor na tentativa de compreender a multidimensionalidade do ser humano e da sociedade que o cerca.

Sendo assim, compreendemos que o trabalho preventivo para o enfrentamento do abandono escolar perpassa pela proposição de se pensar uma pedagogia complexa ante a essa temática que atenda e ampare crianças, adolescentes e suas famílias, mas também todas as pessoas que compõem as Redes de Proteção, visando fortalecer suas ações e projetos.

REFERÊNCIAS

ABANDONO ESCOLAR. Disponível em: <http://www.itad.pt/problemas-escolares/abandono-escolar/>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

AQUINO, L. M. C. (2004). **A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: A experiência em nove municípios.** In E. R. A. da Silva (Ed.), *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 325-365). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5481 . Acesso em 09 de outubro de 2019.

AYRES, Lygia S. M.; CARDOSO, Ana Paula e PEREIRA, Lívia Cretton. **O abrigamento e as redes de proteção para a infância e a juventude.** *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. 2009, vol.21, n.1, pp.125-135. ISSN 1984-0292. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922009000100010>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

BAPTISTA, M. V. (2012). **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos.** *Serviço Social & Sociedade*, 109,179-199. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a10n109.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 de Setembro de 2019.

BRZEZINSKI Iria. **Pedagogo: delineando identidade(s).** *Revista UFG / Julho 2011/Ano XIII nº10.* Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48363/23701>. Acesso em: 12 de julho. 2019.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.* Brasília, DF: Autor.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 out.). Brasília, DF: Presidência da República.

CORRÁ, Leila Moreira. **O pedagogo escolar: uma revisão bibliográfica sobre o papel do pedagogo a partir das dissertações e teses produzidas na faculdade de educação da UNICAMP no período de 1993 a 2013.** Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0Bzs3uTGDWGHlVkl3N2ISVUZpNU0/view>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

CURITIBA (Paraná). Ações de Prevenção e enfrentamento do abandono e evasão escolar: referenciais teóricos e operacionais. **Projeto ABRACE**. Ações em benefício do regresso do aluno à escola. Secretaria Municipal de Educação, 2017.

CURITIBA (Paraná). Lei nº 14.681, de 24 de junho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, da cidade de Curitiba. Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

Damasceno, M. de A., Costa, T. dos S., & Negreiros, F. (2017). **Concepções de fracasso escolar: um estudo com professores das cinco regiões brasileiras**. *Revista De Psicologia*, 7(2), 8-21. Recuperado de <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/6238>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

DIA A DIA EDUCAÇÃO. **Rede de Proteção**. Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1429>. Acesso em: 10 abril de 2019.

FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. **Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos**. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 727-741, jun. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 de novembro 2019.

FARIAS, A.de; GLIR, F.F. **Ações atribuídas à família, à escola e às redes de proteção para garantir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente: uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0Bzs3uTGdWGhldWlxcEJR0TVfUTQ/view>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

FERREIRA, Liliana Soares. **Pedagogia como ciência da Educação: retomando uma discussão necessária**. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 91, n. 227, p. 233-251, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/610>. Acesso em: 20 de Julho. 2019.

FURINI, Luciano Antonio. **Redes sociais de proteção integral à criança e ao adolescente: falácia ou eficácia?** São Paulo: Unesp, 2011.

GOIS, F. **As quatro ferramentas pedagógicas da pedagogia dos sonhos**. Palestra TED/UFPR, 2012.

GUARÁ, Isa M. R. e GONÇALVES, Antonio S. **Redes de Proteção Social na Comunidade** in **Redes de Proteção Social**. Editora Abrigos em Movimento: São Paulo, 2010. Páginas 11 - 30.

INSTITUTO UNIBANCO. **Quem são os jovens fora da escola?** Revista aprendizagem em foco. Nº05/Fev.2016. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/Aprendizagem_em_foco-n.05.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Diagnóstico Regional 2017: Regional Cajuru.** Curitiba: Gerência de monitoramento socioeconômico, 2016. Disponível em http://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D496/D496_005_BR.pdf. Acesso em: 19 de julho de 2019.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. **Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência.** *Ambient. soc.* [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.135-154. ISSN 1809-4422. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>. Acesso em: dois de dezembro de 2019.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: Educ, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Maria C ; DE LA TORRE, Saturnino. **Pesquisando a partir do pensamento complexo: elementos para uma metodologia de desenvolvimento eco-sistêmico.** Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/440/336>. Acesso em: 03 de Junho de 2019.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2011.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS. Disponível em <http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Públicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

PRECOMA, E.C.A.; ASSIS, O.Z.M. **A escuta ativa e amorosa como abordagem reflexiva e propulsora de políticas públicas.** IN: VELOSO, L.F; GARCIA, J.; SANTOS, S.M.B (org). *Olhar de Educador: coletânea de artigos, por diferentes*

olhares. Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul: In Books, 2017.

PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR. Curitiba. 2013. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/programa_combate_abandono_escolar.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2019.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: Caderno orientativo para o trabalho intersetorial no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. 1ª edição. Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS). Paraná, 2018.

RIZZINI, I., & RIZZINI, I. (2004). **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro, RJ: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <https://docplayer.com.br/320702-A-institucionalizacao-de-criancas-no-brasil-percurso-historico-e-desafios-do-presente.html>. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

SÁ, R. A. **Contribuições teórico-metodológicas do pensamento complexo para a construção de uma pedagogia complexa.** SÁ, R. A.; BEHRENS, M.A. (orgs). Teoria da complexidade: contribuições epistemológicas para uma pedagogia complexa. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **O papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital.** Palestra UENP Cornélio Procópio, em 08 de março de 2012. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/o_papel_do_pedagogo_com_o_articulador_do_trabalho_pedagogico_na_sociedade_do_capital.pdf. Acesso em: 27 de Julho. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade.** Cad. Pesqui., São Paulo, v.37, n.130, p. 99-134, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de julho. 2019.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

Voss, R. R. (2014). **Aspectos sociocognitivos do fracasso escolar.** *Revista Educação Em Questão*, 48(34), 165-189. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2014v48n34ID5772>. Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ENDLICH, E. **As tecnologias e mídias digitais nas escolas e a prática do pedagogo: questões teóricas e práticas.** UFPR, Curitiba, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar Curitiba, n. 17, p. 3-24, Editora da UFPR, Curitiba, 2016.

NEGOSEKI, C.M.C. **O papel do pedagogo como mediador na/da formação continuada do professor.** 2018. 234 páginas. UFPR, Curitiba, 2018.

SIMAS, R.R. de Lima. **O papel do pedagogo na Educação de Jovens e Adultos de jovens e adultos: saberes, fazeres e práticas.** 2018. 148 páginas. UFPR, Campus Curitiba, Curitiba,

APÊNDICES
Protocolo n.º 1 - QUESTIONÁRIO

O presente instrumento foi elaborado pelas alunas Dayane Thays Elias e Elisangela Gomes de Souza de Paula para subsidiar nossa pesquisa para o trabalho de conclusão de curso: ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICO-SOCIAIS ADOTADOS PELA REDE DE PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL EM ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO ESCOLAR: DIÁLOGOS COM A REDE DA REGIONAL CAJURU DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

1) Você é integrante e/ou participa das reuniões da Rede de Proteção?

Sim Não

2) Qual seu grau de satisfação com as reuniões da Rede de Proteção?

Totalmente insatisfeito

Insatisfeito

Nem insatisfeito, nem satisfeito

Satisfeito

Totalmente satisfeito

3) Por que você atribuiu o grau de satisfação na questão anterior?

Desconheço as pautas tratadas nas reuniões de Rede de Proteção;

Pouca efetividade nos encaminhamentos adotados pelos profissionais que atuam nas Redes de Proteção;

Outros motivos. Neste caso, você poderia citar quais seriam os motivos?

4) Quais as demandas que mais se apresentam nas reuniões de Redes de Proteção?

Saúde (Uso de substâncias psicoativas, gravidez na adolescência etc.)

Vínculos familiares fragilizados;

Violências física sexual verbal;

Outras demandas. Quais? _____

5) Em sua concepção, o que caracteriza o abandono escolar?

- Faltas consecutivas do aluno;
- O aluno deixa de frequentar a escola por um período e retoma os estudos em um outro momento;
- O aluno deixa de frequentar a escola;

6) Quais os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados pela Rede de Proteção Governamental em atenção às crianças e aos adolescentes para o enfrentamento do abandono escolar?

- Diálogo mediante convocação dos pais;
- Visita domiciliar;
- Acolhimento do aluno e incentivo aos estudos.
- Outros? Quais? _____

7) Em sua opinião, quais os possíveis fatores que levam as crianças e adolescentes ao abandono escolar?

- Falta de incentivo da família e dos responsáveis para enviar os filhos à escola;
- Ineficiência das políticas públicas voltadas à educação;
- Outros? Quais? _____

8) Como você percebe a atuação do pedagogo na Rede de Proteção Governamental para o enfrentamento do abandono escolar?

- Envolve-se ativamente nas atividades e deliberações propostas pela Rede, buscando a superação dos problemas apresentados nas reuniões locais.
- Não se envolve ativamente nas atividades e deliberações propostas pela Rede, buscando a superação dos problemas apresentados nas reuniões locais.

Protocolo n.º 2 - ENTREVISTA REFLEXIVA

O presente instrumento foi elaborado pelas alunas Dayane Thays Elias e Elisângela Gomes de Souza de Paula para subsidiar nossa pesquisa para o trabalho de conclusão de curso: ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICO-SOCIAIS ADOTADOS PELA REDE DE PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL EM ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO ESCOLAR: DIÁLOGOS COM A REDE DA REGIONAL CAJURU DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

Questões de Aquecimento:

1. Apresentação pessoal e breve relato da trajetória acadêmica das alunas.
2. Indagações ao entrevistado sobre sua vida profissional e acadêmica.
 - 2.1. Qual é a sua formação?
 - 2.2. Quanto tempo atua nessa profissão?
 - 2.3. O que o trabalho que você realiza atualmente representa para você?
 - 2.4. O que te motiva a atuar nesta área de trabalho?
 - 2.5. O que você pensa a respeito de si como pedagogo (a)?

Questões Norteadoras:

- 1) Pedagogo(a), gostaríamos de saber quais são as suas atribuições nesta instituição?
- 2) Pedagogo(a), como você descreve seu método de trabalho junto a Rede de Proteção governamental em atenção às crianças e adolescentes para o enfrentamento do abandono escolar?
- 3) Quais aspectos favorecem o seu método de atuação junto à Rede de Proteção?
- 4) Quais aspectos limitam o seu método de atuação junto à Rede de Proteção?
- 5) A partir de suas vivências nesta instituição e também de outras experiências, como você define o abandono escolar?
- 6) Quando falamos em abandono escolar não podemos esquecer a primeira instituição que acolheu essas crianças, “a escola”, gostaríamos de saber como você compreende os papéis da escola nesse paradoxo.

- 7) Quais são os encaminhamentos pedagógico-sociais que você adota para o enfrentamento do abandono escolar?
- 8) O que a Rede de Proteção desenvolve como encaminhamento pedagógico-social para o enfrentamento do abandono escolar? Como isso se dá na prática?
- 9) Quais os fatores, em sua opinião, levam as crianças ao abandono escolar?
- 10) Qual pergunta que nós não realizamos que você gostaria que nós realizássemos?

Protocolo n.º 3 - ENTREVISTA REFLEXIVA

O presente instrumento foi elaborado pelas alunas Dayane Thays Elias e Elisangela Gomes de Souza de Paula para subsidiar nossa pesquisa para o trabalho de conclusão de curso: ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICO-SOCIAIS ADOTADOS PELA REDE DE PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL EM ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO ESCOLAR: DIÁLOGOS COM A REDE DA REGIONAL CAJURU DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

Questões de Aquecimento:

1. Apresentação pessoal e breve relato da trajetória acadêmica das alunas.
2. Indagações ao entrevistado sobre sua vida profissional e acadêmica.
 - 2.1. Qual é a sua formação?
 - 2.2. Quanto tempo atua nessa profissão?
 - 2.3. O que o trabalho que você realiza atualmente representa para você?
 - 2.4. O que te motiva a atuar nesta área de trabalho?
 - 2.5. O que você pensa a respeito de si como pedagogo (a)?
 - 2.5. O que você pensa a respeito de si como pedagogo (a)?

Questões Norteadoras:

- 1) Gostaríamos de saber quais são as atribuições nesta instituição?
- 2) Como você descreve seu método de trabalho junto a Rede de Proteção governamental em atenção às crianças e adolescentes para o enfrentamento do abandono escolar?
- 3) Há aspectos que limitam e/ou favorecem o seu método de trabalho junto à Rede de Proteção? Você pode falar um pouco sobre isso?
- 4) Quais são as ações e projetos propostos por essa coordenação que respaldam o trabalho da rede de proteção governamental de um modo de geral?
- 5) Quais são os encaminhamentos preventivos que a coordenação propõe para o enfrentamento do abandono escolar?

- 6) Há documentos que apresentem dados quantitativos e qualitativos sobre a atuação da rede de proteção frente ao abandono escolar disponíveis para consulta?
- 7) Qual a sua percepção em relação à atuação dos pedagogos e demais profissionais que compõe a rede de proteção governamental?
- 8) Como você avalia os encaminhamentos pedagógico-sociais adotados pelos pedagogos e demais profissionais para o enfrentamento do abandono escolar?